



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª  
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
02 DE JUNHO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato, meu correligionário do Partido da República, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Antes, porém, esta Presidência informa aos setores de registro das sessões da Casa que o conteúdo da folha nº 32 da pauta da Ordem do Dia, distribuída para a sessão ordinária desta terça-feira, 2 de junho de 2009, deve ser considerado como Comunicados da Presidência, da ratificação da parte introdutória de abertura da sessão ordinária de 27/05/2009, realizada em Ceilândia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 99 – Suplemento, de 05/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 48ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	2



**VERIFICAÇÃO DE QUORUM**

1ª

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
MILTON BARBOSA - PSDB		X	
PAULO TADEU - PT		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
LEONARDO PRUDENTE - DEM		X	
<b>TOTAL</b>	11	13	

*[Handwritten Signature]*

SECRETÁRIO DE PLENÁRIO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Encontram-se em plenário 11 Deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Solicito que o referido projeto seja encaminhado à Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago a esta Tribuna, na tarde de hoje, uma ideia que tenho, uma proposta. Optei por fazer o uso desta tribuna nos Comunicados de Parlamentares porque não é uma proposta do meu partido, mas de minha autoria e que pretendo discuti-la aqui.

Eu penso, Sr. Presidente, que na periferia do Distrito Federal são poucas as oportunidades de lazer e de entretenimento para uma grande parcela de sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	4

juventude; e cabe ao Estado criar oportunidades de lazer, quando esta inexistente neste momento.

A proposta que eu trago, Sr. Presidente, é que o Governo do Distrito Federal invista em escolas de período integral, que ofereçam às crianças alimentação de qualidade, aulas de reforço escolar, de iniciação à informática, de práticas de atividades físicas. Mais do que isso, Sr. Presidente, que essas escolas estejam disponíveis no período noturno para as práticas esportivas da juventude e também de idosos, que sejam centros de convivência social, façam a comunidade ir à escola, abraçar a escola; nos finais de semana, essas escolas teriam uma piscina onde a comunidade pudesse usufruir mais um lazer, pudesse praticar um esporte no período da tarde, ou no período noturno.

Temos alguns exemplos bem sucedidos de projetos sociais que geraram inclusão social, com diminuição do índice de criminalidade, e isso ocorreu em governos que combati e cujas prioridades considere equivocadas! Mas nunca deixei de reconhecer bons projetos, como por exemplo, o Esporte à Meia-Noite, no Governo Roriz, que foi um bom projeto. Reduziu, inclusive, a criminalidade nas áreas onde foi implantado. Tem o meu reconhecimento!

Há obras que são necessárias; porém, há algumas que, na minha opinião, não deveriam ser prioridade. Prioridade deveriam ser, sim, a saúde, a educação e a segurança pública. Se o Governo gastasse o dinheiro público na educação, construindo escolas em tempo integral, e essas escolas fossem abertas à população no período noturno e nos finais de semana, para que os jovens pudessem praticar uma atividade física, pudessem se socializar e ocupar o seu tempo. O ócio é o caminho da droga e da criminalidade, é a porta de entrada disso.

Sr. Presidente, é preciso ter prioridade. Prioridade, para mim, é gastar os recursos públicos não apenas em obras, mas em educação, saúde e segurança pública.

Ceilândia é uma cidade maior que o Plano Piloto e não tem um cinema! Essas escolas poderiam ter grandes auditórios, que poderiam servir de teatros ou até mesmo de cinemas nos finais de semana, além de abrirem suas praças esportivas também nos finais de semana para a prática de atividades físicas dos jovens. A comunidade poderia ir à piscina nos finais de semana numa escola dessas. Isso aproximaria a escola da comunidade, e a comunidade passaria a ir à escola.

Eu espero ainda ser vivo, Sr. Presidente, para ver isso ser implantado, para ver ser implantada de verdade a educação em tempo integral, porque educação em tempo integral, para mim, é isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Obrigado, Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	5

Fazendo menção ao pronunciamento de V.Exa., quando houve a sessão da Câmara em Ceilândia, as crianças fizeram suas reivindicações como deputados mirins. Uma de suas reivindicações foi exatamente esta: piscina nas escolas, o que realmente seria algo totalmente diferente.

O Projeto Escola Aberta, que aproxima a comunidade do Governo, da Câmara, já existe em algumas cidades aqui do Distrito Federal. Eu acho que é uma ideia realmente brilhante.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que todos estão absolutamente comovidos com o acidente da Air France. Havia 228 pessoas a bordo, dentre elas 58 brasileiros e brasileiras.

Parece-me que hoje já encontraram os destroços do avião, ou ainda estão em busca deles, mas eu acho que esta Casa deveria se posicionar acerca disso com uma nota sobre esse acidente que abalou o cotidiano de cada um e de cada uma de nós.

Estava no voo o Barbato, ex-aluno de música da Universidade de Brasília. Nascido no Rio de Janeiro, chegou a Brasília em 1970. Por 2 vezes, foi regente da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Ele estava indo para a Ucrânia, onde apresentaria duas obras.

Particularmente, Sr. Presidente, eu gostaria de falar da cantora Juliana, de 29 anos, que morava desde 2003 na Alemanha e se apresentava em musicais. Ela veio passar as férias com a família. Falo de Juliana porque conheço seu pai, Bené, meu colega de trabalho, um guerreiro que superou toda sorte de dificuldades. Conheci-o como funcionário da Caixa Econômica Federal na área de informática. Hoje, está mergulhado numa dor imensa, como todos nós.

Então, eu sugeriria, Sr. Presidente, que nós pudéssemos aprovar uma nota acerca desse acidente. Como ainda temos alguma esperança – são os fiapos de esperança que nos mantém vivos – de que possamos encontrar sobreviventes.

Particularmente, muito particularmente, as minhas manifestações de solidariedade ao Bené, pai de Juliana, que tinha e tem um orgulho muito grande da filha que tem e que, como eu disse, enfrentou todas as dificuldades. Eu o conheci como funcionário, bancário da Caixa Econômica Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	6

Portanto, Sr. Presidente, era apenas isto: para que esta Casa pudesse se expressar e, particularmente, para deixar a nossa solidariedade a todos os familiares, na esperança de que ainda encontremos essas pessoas que estavam a bordo; mas, de toda sorte, a nossa solidariedade, e a minha muito particular ao meu colega da Caixa Econômica Federal, o Bené.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Presto também a nossa solidariedade às famílias envolvidas nesse acidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. fez uma questão de ordem, e eu assumi a Presidência logo em seguida. Peço à V.Exa. que determine a sua assessoria que faça uma moção de pesar pelo fato ocorrido e envie à Mesa, que aprovaremos ainda hoje.

Eu quero fazer o registro de que se encontram em visita à Câmara Legislativa do Distrito Federal e estão presentes agora na galeria os alunos da 6ª, 7ª e 8ª séries da Escola Classe Casa Grande, do Gama, acompanhados pelos professores Solane e Diogo; e também os alunos da 6ª e 8ª séries do Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia, acompanhados pelos professores Elaine, Neuza, Waldes e Marco. Eles estão participando do projeto Cidadão do Futuro, coordenado pela nossa Escola do Legislativo. Eu queria dar boas-vindas, uma boa estadia, muito êxito e sucesso a todos vocês.

Neste momento, estamos nos Comunicados de Parlamentares. Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite, futuro governador do Distrito Federal, quiçá senador.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e agradecer a generosidade. Em hipótese como essa, só posso dizer que o que fazemos hoje nós sabemos, trabalhamos muito, mas o que ocorrerá no futuro depende da população e principalmente dos desígnios de Deus.

Quero cumprimentar os meus colegas e minhas colegas Parlamentares, senhores e senhoras da imprensa, assessores e assessoras, a nossa galeria, formada de jovens, professores e professoras, estudantes.

Costumo dizer que o futuro é agora, porque nós começamos a construir a nossa história já. Não precisamos esperar pelo tempo, podemos cultivar o bem desde já.

Sr. Presidente, eu vim a esta tribuna especialmente para agradecer aos colegas, muito especialmente à bancada do meu partido, liderada pela Deputada Erika Kokay, mas não menos especialmente a cada um dos companheiros e companheiras, ao Presidente Deputado Leonardo Prudente, ao Deputado Reguffe, ao Deputado Rogério Ulysses, ao Deputado Bispo Renato, ao Deputado Geraldo Naves,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	7

ao Deputado Milton Barbosa, a todos aqueles colegas que, presentes em Ceilândia – mesmo com a minha ausência, em razão de uma grave sinusite –, fizeram ponto de fé e mostraram que a Casa é coletiva e de construção. Aqui quem acha que tem a verdade sozinho ou quem acha que faz qualquer coisa sem a contribuição intelectual, afetiva e moral de cada um dos colegas não vai a lugar algum. Os colegas, mesmo com a minha ausência, derrubaram o veto de um projeto que era um sonho meu e um sonho da população do Distrito Federal. O radialista Marcelo Ramos lembrava-me ainda, ali fora, que fora no programa desse nobre comunicador que pude, respondendo às perguntas de espectadores, dizer que tentaria, por meio desta Casa, dar transparência aos programas habitacionais e aos programas sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Como estão presentes alunos e professores da rede pública de Ceilândia e do Gama, eu gostaria de dar uma boa notícia, resultado de um acordo que V.Exa. também ajudou a construir. O Presidente da Casa está aqui, na minha frente, confirmando essa notícia. S.Exa. também trabalhou para que isso acontecesse. Está aqui o Projeto de Lei nº 1.257, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede reajuste à carreira do Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, quero, então, em primeiro lugar, agradecer imensamente aos colegas. É sinal de que esta é uma casa coletiva, de que só se faz as coisas aqui, só se constrói a muitas mãos e mentes.

Quero agradecer também à Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, pela sensibilidade naquele momento.

Durante muitos anos, a moradia – que a ONU, em seu último congresso, considerou o quarto direito fundamental – era mero instrumento eleitoreiro ou moeda eleitoreira. Valia a troca do título pelo lugar para morar ou pelo lote. Não havia transparência capaz – é importante que se diga – de promover uma política que fizesse com que a lei fosse... Sr. Presidente, não havia a fixação de critérios objetivos e a transparência, para que não apenas a sociedade, como um todo, pudesse fiscalizar o que se fazia com o dinheiro de seus tributos, mas também para que cada um daqueles contemplados e não contemplados pudesse saber que havia critérios, que havia destinação com escolhas objetivas, fossem para – aqui eu não falo desse ou daquele governo apenas – aqueles do cadastro geral, fossem para aqueles dos cadastros especiais, das remoções, das cooperativas, que, no nosso governo, no governo do PT, ganharam grande relevo e legislação própria. Havia gente perguntando por que chegara aqui (intervenção fora do microfone). Entraram em programas habitacionais sem a inscrição ou entraram em falsas cooperativas, contribuíram, mas não foram contemplados com seu lugar de morar. Denunciavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	8

que havia pessoas que tinham chegado ontem, chamadas de outros lugares do País, e que já estavam assentadas em lotes dados pelo Governo.

Não é justo dar o que é dos outros, mas é plenamente justo reconhecer o direito de morar e criar um programa que seja aplicado a todos. Como podemos ter a garantia de que isso vai ser feito? Todos prometem, mas como temos a garantia de que isso pode ser feito? Quando há transparência; quando é possível ver, nos órgãos do Governo, no diário, na Internet, pelas pontuações, os critérios serem obedecidos e aqueles que pontuarem mais serem contemplados.

Sr. Presidente, V.Exa. há de saber que esta Casa deu uma enorme contribuição na última quarta-feira, deu um presente à população de Ceilândia, correspondendo a uma conquista da sociedade do Distrito Federal. Daí a derrubada do veto e a existência hoje de uma lei — esperamos só a publicação — que obrigue o Governo a fazer a publicação dos contemplados e não contemplados da lista geral e daqueles que estão em listas especiais por obra de remoção ou por obra de cooperativa ou de programas específicos. Todos deverão constar ali para que a sociedade fiscalize, para que os contemplados e não contemplados possam observar o direito dado a todos e, mais do que isso, para que a lei seja cumprida sem que se olhe a coloração ou a visão partidária. Sr. Presidente, essa é uma vitória desta Casa, mas, muito especialmente, uma vitória da sociedade do Distrito Federal.

A par disso, Sr. Presidente, fizemos um requerimento específico em que pedimos à CODHAB, à Secretaria de Habitação, especificamente — e devo registrar que o Deputado Paulo Roriz tem sido muito solícito nesse sentido —, para que decline a qualificação com exatos dados, individualizando todos aqueles que fazem parte de todos os programas habitacionais, da lista geral e das chamadas listas especiais.

Essa é uma vitória desta Casa Legislativa. Não sei se há isso no Brasil todo. É uma vitória da sociedade do Distrito Federal, principalmente. É uma vitória do direito à moradia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	9

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputada Erika Kokay, que hoje está usando o verde esperança, cumprimento a platéia, que é o futuro de Brasília. O futuro está nos jovens e é bom que comecem cedo entendendo o sentido da vida, das instituições como esta aqui.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que ontem tivemos uma reunião partidária do PSDB, em que foram listados e discutidos alguns temas...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, houve briga de foice lá? A reunião foi democrática?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não, não, a briga de foice não foi lá, com certeza. A briga de foice é a que travamos no dia a dia, nos nossos afazeres.

Ali foram listados alguns temas para discussão — e eu me lembrei quando entrei aqui agora — e esqueceram a saúde, Deputada Erika Kokay. Então, tivemos que falar um pouquinho sobre a saúde, embora não sejamos *expert* no assunto.

A saúde é um flagelo. Aquele testemunho que nos deu o Dr. Bailon, na sessão da Câmara Legislativa em Ceilândia, é um testemunho veemente. Eu não sei se é o modelo ou se é a gestão. O certo é que todos nós devemos parar um pouco e nos debruçar sobre o que acontece. Deputado Wilson Lima, V.Exa., de vez em quando, sobe a esta tribuna e fala alguma coisa sobre a saúde, mais especificamente sobre o atendimento. Vi no jornal de hoje que o Deputado Augusto Carvalho virá aqui, na semana que vem, mas a situação não é culpa dele. Como estão o modelo e a gestão, podem colocar lá até mesmo Jesus Cristo, que a coisa vai continuar da mesma forma. Só se nós precisarmos de um hospital público é que haveremos de avaliar o quanto o atendimento e as condições estão ruins. E eu repito, aqui, que isso não é de hoje. É dos tempos de antanho — o mestre Aurélio pode explicar o que significa isso.

É preciso que nos debrucemos sobre a questão. Para nós está tudo normal, tudo certo. Discute-se privatização ou não privatização de alguns serviços de saúde, mas, na realidade, esquece-se de que o atendimento ao cidadão é o principal. Temos de aplaudir tudo o que vier para melhorar o atendimento ao cidadão. Vamos ver o exemplo do Hospital de Santa Maria, para vermos se dá certo ou não. Contudo, o correto é que tenhamos a consciência de que precisamos tratar desses assuntos nos níveis adequados, buscando uma satisfação ao atendimento do cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra ao Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	10

Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pude presenciar, com a visita do Governador Arruda ao Hospital do Gama, a inauguração das novas instalações dos médicos residentes naquele Hospital, justamente para melhorar a qualidade do atendimento à saúde, principalmente o do pronto-socorro. Aquela população padece muito com a falta de atendimento. Não quero culpar o diretor, nem o Governo, muito menos o Secretário.

Lá no pronto-socorro do Gama, pudemos presenciar *in loco*, ao vivo, que 80% da população atendida vêm do Entorno. E vou fazer aqui uma denúncia gravíssima. As pessoas de Santa Maria estão indo para o Gama e não para o Hospital de Santa Maria, porque, quando vão ao Posto de Saúde de Santa Maria, os funcionários da Saúde, prestando um desserviço à população, as mandam para o Hospital do Gama em vez de mandá-las para o novo Hospital de Santa Maria, que já está funcionando. O Hospital está meio ocioso, não está atendendo a demanda, porque as pessoas estão indo para o Gama, por culpa dos funcionários da Saúde de Santa Maria que estão prestando informações não corretas, já que o Hospital está funcionando. Dentro em breve, ele estará com a sua capacidade máxima de atendimento. Então, é um desserviço, um descalabro, uma falta de respeito com a população o que os funcionários do Posto de Saúde de Santa Maria estão fazendo. Infelizmente, isso recai sobre o Gama. O Governador esteve no local fazendo perguntas e indagações às pessoas e constatou que o pessoal de Santa Maria está lá, esperando atendimento. Pior ainda, eles disseram que estão falando que privatizaram o Hospital de Santa Maria e que lá é pago. Não é nada disso. O atendimento é gratuito. É a rede pública do Distrito Federal presente em Santa Maria. Então, não há por que criar um cavalo de batalha. Quando as pessoas fazem esse tipo de trabalho, elas atrapalham a comunidade.

Deputado Benedito Domingos, V.Exa., que tem Taguatinga como base eleitoral, sabe bem que lá há hospitais particulares e hospital público. Lá no Gama há uma clínica que está em reforma porque foi vendida. Hospital particular é uma coisa; hospital terceirizado no atendimento é outra coisa. Continua público o Hospital de Santa Maria.

Portanto, subi a esta tribuna para fazer essa denúncia.

Quero aqui, de coração, fazer um agradecimento ao Diretor Regional Centro-Oeste e Norte da VIVO, Sr. João Truran; ao Gerente da Divisão de Pequenas e Médias Empresas da VIVO, Sr. Marcelo Tanner; e à Diretora de Comunicação e Relações Institucionais da VIVO, Sra. Vera Zílio. Eles estiveram aqui, na última quinta-feira, para trazer os aparelhos telefônicos que tanto almejamos fossem trocados. Eles trouxeram, agora, um aparelho de boa qualidade. Ouviram nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	11

pleito e tomaram as providências necessárias. Já estou com o aparelho e V.Exas. já podem trocar os seus. Posso afirmar que têm 100% de qualidade.

O pessoal da VIVO deixou conosco um prospecto o qual solicito seja inserido nos Anais da Casa, sobre o trabalho social que fazem, conectando pessoas. Vi que eles não existem apenas para ganhar dinheiro. Há um serviço voluntário sendo prestado à comunidade mais carente, um programa social. Isso é muito importante.

Parabenizo a VIVO.

Subi a esta tribuna para criticar, mas eles vieram a esta Casa e nos atenderam. Hoje quero parabenizá-los pela brevidade com que fizeram acontecer a mudança nesta Casa. Hoje podemos atender a todas as pessoas que nos procuram, pois temos um aparelho decente, ótimo, o V8. Todos os Deputados podem trocar os seus.

Eram essas as minhas considerações.

(Documento a que se refere o Deputado Wilson Lima.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	13

# CONECTANDO PESSOAS, CONSTRUINDO UM NOVO FUTURO

## Responsabilidade Socioambiental Vivo

Dos investimentos sociais ao desenvolvimento de produtos e serviços inclusivos, do estímulo ao voluntariado até projetos ambientais pioneiros, a **Vivo** mantém uma ampla agenda de atividades voltadas a um mesmo objetivo: contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade e para um meio ambiente mais saudável. São dezenas de iniciativas sociais e ambientais em todo o Brasil às quais a empresa dedica recursos humanos e financeiros. O leque de ações é diversificado. Mas todas trazem na essência um mesmo elemento: o poder transformador e multiplicador das redes.

A **Vivo** acredita que na sociedade em rede as pessoas vivem melhor e podem mais. Que indivíduos conectados a outros indivíduos têm acesso a informações, meios e recursos que lhes permitem viver de forma mais humana, segura, inteligente e divertida. Essa crença – que direciona os nossos negócios como prestadora de serviços de comunicações móveis e a nossa missão fundamental, que é conectar pessoas – alicerça também as nossas ações no âmbito da responsabilidade socioambiental.

Seja qual for o foco – educação, inclusão de pessoas com deficiência, preservação ambiental, etc. –, por trás de cada iniciativa ou projeto estão redes de pessoas conectadas em torno de uma mesma causa: gente da **Vivo**, das entidades e organizações não-governamentais, das comunidades, do governo, da sociedade em geral.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	14



Projeto Telinha de Cinema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	15

## O jeito Vivo de se engajar

O compromisso social da **Vivo** começa na própria natureza de suas atividades. Comunicação móvel é ferramenta de inclusão social e digital, que favorece o progresso socioeconômico e cultural. Assim, ao levar a sua cobertura digital a um número crescente de municípios, nos mais distantes rincões do País, a **Vivo** está contribuindo com o desenvolvimento de pessoas e de comunidades inteiras. Muitas vezes, mais que a rentabilidade para os negócios da empresa, o que está em perspectiva é um futuro melhor em construção.

Uma outra forma de fazer de suas próprias atividades uma plataforma de inclusão é proporcionar produtos e serviços que promovam a acessibilidade. Por meio do **Programa de Soluções Inclusivas** – uma rede interna que estimula os colaboradores a apresentar sugestões e implantar projetos de produtos e serviços inclusivos –, diversas inovações já estão no mercado à disposição dos clientes.

Numa parceria com a Laramara, a **Vivo** foi a primeira operadora a lançar no Brasil, em 2008, um aparelho acessível para deficientes visuais, o Nokia E65 Talks. Faturas em Braille e serviço gratuito de informação de saldo de créditos por telefone estão à disposição de clientes pós e pré-pagos com deficiência visual. Lojas inauguradas mais recentemente, como a de Franca (SP), incorporam os mais avançados recursos de acessibilidade para pessoas com diversos tipos de deficiência.

Seja por meio de ações que permeiam as várias áreas da organização, seja através do **Instituto Vivo**, entidade sem fins lucrativos criada em 2004, a **Vivo** alicerçou a sua estratégia de atuação socioambiental no conceito de redes, desafiando-se a alimentar as conexões para levar adiante projetos em cinco frentes principais: **Rede Vivo Educação, Rede Vivo de Inclusão Social, Rede Vivo de Voluntariado, Rede Vivo de Gestão Ambiental e Rede Vivo de Gestão Social.**





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	16

## Rede Vivo Educação

As tecnologias móveis e as infinitas possibilidades que emergem em termos de acesso, geração e disseminação de conhecimentos no contexto da sociedade em rede abrem novos e promissores horizontes no campo da educação. Pessoas conectadas têm o poder de estabelecer redes que podem impulsionar e democratizar o “aprender” e o “ensinar”. É essa nova era, que promete revolucionar os ambientes educacionais, que está no foco das iniciativas da **Vivo** no campo da Educação. E nada mais natural que a empresa decidisse se apoiar em uma rede para direcionar sua política de investimentos sociais nessa área.

A **Rede Vivo de Educação** foi articulada a partir de um núcleo de pessoas com formação heterogênea. Em pouco tempo, eram centenas de indivíduos conectados na mesma causa: pensar o futuro da educação na sociedade em rede.

Tudo começou com a constituição de um Conselho Consultivo\*, seguida da criação de um ambiente virtual (<http://vivoeduca.ning.com>) em que a rede ganhou força, mobilizando mais de 300 membros na construção do seminário “A Sociedade em Rede e a Educação” – pessoas que se conectaram para apresentar idéias, sugestões de temas, palestrantes e até do formato do evento.

Realizado em março de 2009, em São Paulo, o Seminário teve como palestrantes Marcelo Tas, apresentador e blogueiro, Augusto de Franco, escritor e coordenador da Escola-de-Redes, e José Pacheco, ex-diretor da Escola da Ponte, de Portugal. Transmissões e interações em tempo real, pela internet, incrementaram a rede e os debates.

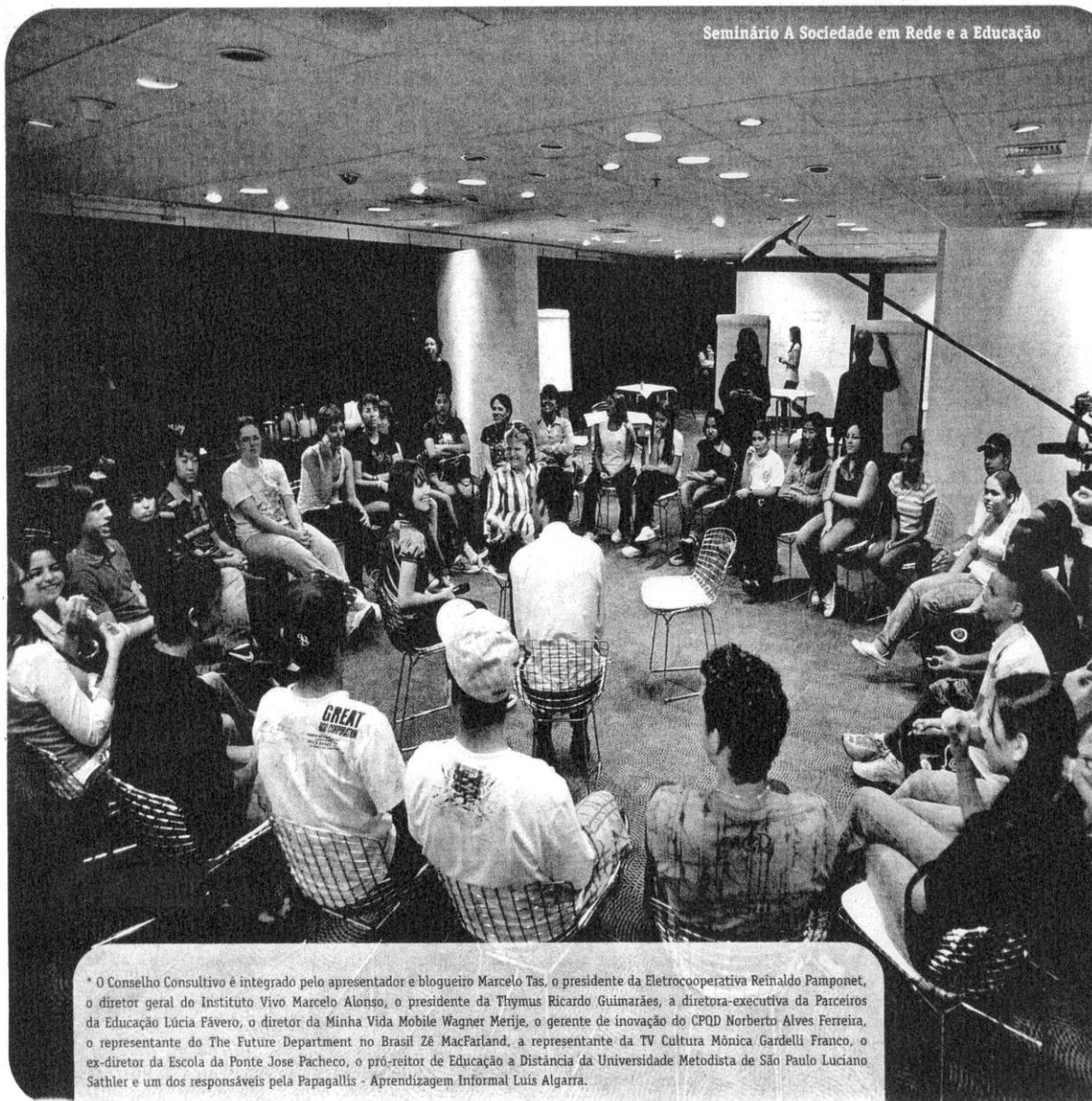
As idéias que emergiram do evento, da rede e das contribuições da sociedade tornaram-se matéria-prima para direcionar a política do investimento social da **Vivo em Educação**.

A plataforma do Ning é agora uma rede com mais de 700 membros que debatem novas formas de educação. É um sistema vivo, que ganha a dinâmica própria das redes, o que reitera o papel de ‘conector’ da **Vivo**. Qualquer pessoa interessada no tema pode juntar-se a essa rede. Basta acessar <http://vivoeduca.ning.com>.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	17



\* O Conselho Consultivo é integrado pelo apresentador e blogueiro Marcelo Tas, o presidente da Eletrocooperativa Reinaldo Pamponet, o diretor geral do Instituto Vivo Marcelo Alonso, o presidente da Thymus Ricardo Guimarães, a diretora-executiva da Parceiros da Educação Lúcia Fávoro, o diretor da Minha Vida Mobile Wagner Merije, o gerente de inovação do CPQD Norberto Alves Ferreira, o representante do The Future Department no Brasil Zê MacFarland, a representante da TV Cultura Mônica Gardelli Franco, o ex-diretor da Escola da Ponte Jose Pacheco, o pró-reitor de Educação a Distância da Universidade Metodista de São Paulo Luciano Sathler e um dos responsáveis pela Papagallis - Aprendizagem Informal Luis Algarra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	18

## Rede Vivo de Inclusão Social

Os projetos desenvolvidos nesta frente combinam a ação integrada de áreas internas da **Vivo**, a mobilização de voluntários e a disponibilização de produtos e serviços da empresa para atender a diferentes demandas sociais e atuar em situações de emergência e campanhas de utilidade pública. Entre os principais programas de abrangência nacional da **Rede Vivo de Inclusão Social** destacam-se:

**SMS Social:** o objetivo é apoiar órgãos e instituições em campanhas de utilidade pública por meio do envio de torpedos SMS para os clientes da **Vivo**. Mais de 60 milhões de torpedos já foram disparados com alertas sobre combate à dengue, vacinação contra rubéola e hanseníase e incentivo à doação de sangue.

**Celular Amigo:** também aqui os produtos e serviços da **Vivo** são disponibilizados em favor dos serviços prestados por órgãos públicos. Nesse caso, a empresa doa para os Conselhos Tutelares aparelhos celulares e créditos pré-pagos. Com isso, cria-se um importante canal de comunicação entre a comunidade e esses órgãos municipais encarregados de receber denúncias de violações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais de 2 mil aparelhos já foram doados. A meta é estender o **Celular Amigo** à totalidade dos municípios que contam com cobertura **Vivo** em todo o País. As entidades interessadas podem entrar em contato pelo endereço: [institutovivo@vivo.com.br](mailto:institutovivo@vivo.com.br)

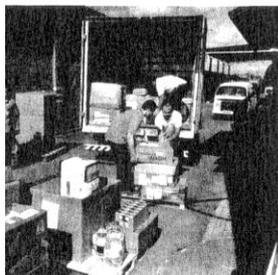
Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 7º:

**A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde.**

O Celular Amigo é o seu canal de comunicação com o Conselho Tutelar desta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	19



**Conexão Solidária:** programa que se apóia no poder da rede para mobilizar áreas e serviços da **Vivo** em prol da comunidade em situações de crise e calamidade pública. Foi o que ocorreu durante as enchentes de 2008 em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Os voluntários da **Vivo** lançaram campanhas para arrecadar alimentos, roupas e materiais de limpeza. A empresa, por sua vez, doou celulares de uso gratuito para os órgãos envolvidos na ajuda às vítimas de Blumenau (SC) e enviou mais de 3 milhões de torpedos SMS divulgando as contas correntes da Defesa Civil de Santa Catarina para receber contribuições da população.

A **Rede Vivo de Inclusão Social** desenvolve ainda mais de duas dezenas de projetos regionais que enfocam, prioritariamente, a inclusão de jovens por meio de programas nas áreas de educação, geração de trabalho e renda, esportes, cultura e meio ambiente. Como exemplo da diversidade de iniciativas, citamos duas delas.

Um é o premiado projeto **Telinha de Cinema**. Desenvolvido no Tocantins em parceria com a ONG Casa da Árvore e com a Secretaria Estadual da Juventude, ele já capacitou 80 jovens para a produção de pocket movies (vídeos produzidos por meio de celular), abordando temas transversais como meio ambiente, cidadania e diversidade, entre outros. Um dos vídeos produzidos, “Basta um pé...e uma mão”, conquistou o 1º lugar no Júri Oficial e Cyber Jury do Gramado Cine Vídeo.

Já em São Paulo é a educação que dá o tom ao **Garoto Vivo**, que tem como objetivo preparar jovens para trabalhar nas lojas próprias da **Vivo** ou em uma de suas empresas parceiras. Mais de 400 jovens já passaram pelo programa.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	20

## Rede Vivo de Voluntariado

A **Vivo** estimula e se orgulha do time de 600 colaboradores que, além das atividades profissionais, dedicam tempo e energia às causas socioambientais. Da capacitação de jovens e de organizações sociais aos serviços de audiodescrição e produção de audiobooks, a equipe de voluntários está engajada em dezenas de projetos.

A **Inclusão das Pessoas com Deficiência Visual** é um dos importantes eixos de atuação. Capacitados nos cursos de **Ledores** (técnica para a gravação de audiolivros) e de **Audiodescritores** (técnica de narrativa teatral que descreve detalhes da cena ou gestos dos atores) realizados pelo **Instituto Vivo**, os voluntários têm aplicado esses conhecimentos em trabalhos que beneficiam pessoas com deficiência visual de comunidades de várias regiões do Brasil.

Em 2008, no **Espaço Vivo Voluntário** do Rio de Janeiro, onde funciona o Centro de Produção de Audiolivros, foram realizadas mais de 600 horas de gravações. Já na **Pró-Visão**, parceira do **Instituto Vivo** no desenvolvimento de materiais em Braille, foram produzidas mais de 200 mil páginas – materiais didáticos, paradidáticos e de serviços e produtos da **Vivo**.



Foi graças ao trabalho dos voluntários que o **Teatro Vivo** se tornou, em 2005, o primeiro da América Latina a oferecer serviços de audiodescrição dos espetáculos ali apresentados para pessoas com deficiência visual. Outra iniciativa pioneira se somou a essa: em 2008, o **Teatro Vivo** passou a contar também com sistema de interpretação em Libras, para pessoas com deficiência auditiva. A audiodescrição também é um recurso inclusivo constante em filmes e eventos patrocinados pela empresa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	21

Outro eixo de atividades se desenvolve por meio de um programa profundamente alicerçado no conceito de redes: o **Adote e Conecte**. Sua estratégia consiste em mobilizar as diversas áreas da companhia para que adotem ou criem projetos, conectando colaboradores, parceiros e outros agentes em uma rede social. Cada colaborador atua em seu próprio Estado, em ações sintonizadas com as necessidades daquela região e com as quais se identifique. Pode ser um projeto do **Instituto Vivo** ou qualquer outra iniciativa da empresa.



Um dos frutos do **Adote e Conecte** é o programa **Garoto Vivo Sul**, de capacitação de jovens de baixa renda, realizado em Viamão (RS). O projeto é um exemplo perfeito de que, também nas ações sociais, o poder da rede potencializa realizações. O **Garoto Vivo Sul** só se tornou realidade graças à conexão dos voluntários da Regional Sul da **Vivo** que coordenam o projeto e atuam nas aulas presenciais, das 22 empresas envolvidas (de grandes corporações como a Dell, que doou 12 computadores, até as 14 pequenas e médias organizações clientes da **Vivo**, que doaram acesso à internet), do **Instituto Vivo** (que responde pela gestão), do Instituto Via de Acesso (curso de capacitação), do CPqD (solução de educação a distância) e de vários outros parceiros externos e internos.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	22

## Rede Vivo de Gestão Ambiental

Iniciativa pioneira implantada em 2006, o grande programa nesta frente de atividade é o **Vivo Recicle seu Celular**, de reciclagem de celulares, baterias e acessórios. Ano a ano, a empresa tem ampliado os pontos de coleta, estimulando a rede de clientes a se engajar nessa iniciativa que, além dos benefícios ambientais diretos, gera dividendos na forma de recursos direcionados a projetos preservacionistas. Atualmente, são 3,4 mil pontos de coleta em todo o Brasil, com resultados muito expressivos: mais de 1,5 milhão de itens já foram destinados para reciclagem.

De cada quilo de aparelhos descartados, são recicladas 650 gramas de metal e 200 gramas de plásticos – materiais reaproveitados em outros processos produtivos. A renda obtida com o **Vivo Recicle seu Celular** é revertida para projetos de preservação da fauna e da flora desenvolvidos pelo Ipê - Instituto de Pesquisas Ecológicas.

O **Vivo Recicle seu Celular** também vem estimulando a mobilização da rede de pessoas em prol da causa ambiental pelo portal **Vamos Trocar Idéias** ([www.vivo.com.br/sustentabilidade](http://www.vivo.com.br/sustentabilidade)), um espaço de debate sobre temas diversos. Em formato Web 2.0, ele permite ao usuário adicionar e compartilhar idéias com amigos. Um balanço dos primeiros seis meses de troca de idéias sobre reciclagem de celular no portal mostra o potencial de criatividade e disposição de contribuir: só nesse período, quase 1.200 sugestões foram registradas e encaminhadas para análise de diferentes áreas de negócio da **Vivo**.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	23

As sugestões registradas no **Vamos Trocar Idéias** e o enorme volume de itens coletados no **Vivo Recicle seu Celular** são indicadores que comprovam que, em relação ao meio ambiente, pessoas conectadas em rede podem mais, agindo juntas para que todos vivam melhor, no presente e no futuro.



## Rede Vivo de Gestão Social

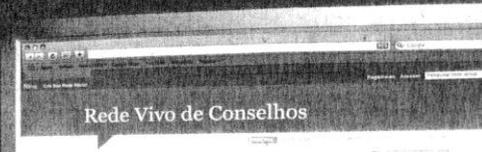
De âmbito nacional, os projetos desenvolvidos nesta frente têm como foco as políticas públicas e a capacitação de ONGs, fazendo da construção de redes e das tecnologias de conectividade as bases para iniciativas que contribuam para o desenvolvimento social por meio do compartilhamento e multiplicação de conhecimentos e boas práticas.

Um exemplo é o **Projeto Indicadores Pró-Conselho**, que visa ao aprimoramento dos processos de gestão dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Apoiada em ferramentas virtuais e encontros presenciais, a iniciativa permite uma auto-avaliação do estágio de cada Conselho em relação ao seu sistema de gestão e o compartilhamento horizontal de experiências, disseminando e estimulando a adoção das melhores práticas.

Atuando em rede, foram os próprios conselheiros que revisaram os indicadores, utilizando a plataforma para propor mudanças, exclusões, inclusões e trocar idéias entre si. Ou seja, os beneficiados pelo projeto são também seus co-gestores.

Os Conselhos interessados podem se inscrever no [www.vivoconselhos.ning.com](http://www.vivoconselhos.ning.com).





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	24

## As Redes Vivo em ação

Uma síntese das principais iniciativas desenvolvidas regionalmente na Vivo

### Rede Vivo de Inclusão Social

#### SMS Social

Envio de torpedos SMS sobre: doação de sangue (AM, AC, GO e RS); epidemia da dengue (DF, AC, RS, PR, SC, CE, GO e TO); hanseníase e tuberculose (TO) e rubéola (AM).

#### Conexão Solidária

Arrecadação de donativos pelos voluntários e doação de celulares pela Vivo para facilitar as ações da Defesa Civil nas enchentes de RJ, SC e MA. Entrega de celulares para a prefeitura de Manacapuru (AM) para ajudar no trabalho de resgate de naufrágio fluvial. Edição de cartões especiais com informações sobre a dengue (AM e PA). Doação de celular e linha em apoio ao projeto Fiscal da Democracia, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do AP.

#### Vida em Movimento

Kit de livro e vídeos dirigido principalmente a professores de educação física e escolas, estimulando a incorporação das atividades esportivas e de lazer na inclusão de pessoas com deficiência. Distribuição em vários Estados.

#### Telinha na Escola

Inspirado na metodologia do projeto **Telinha de Cinema**, programa adota tecnologias móveis como ferramentas pedagógicas nas escolas de RO.

#### Telinha Sonora

Projeto ensina técnicas de produção de ringtones e trilhas sonoras para os vídeos desenvolvidos no projeto **Telinha de Cinema** (TO).

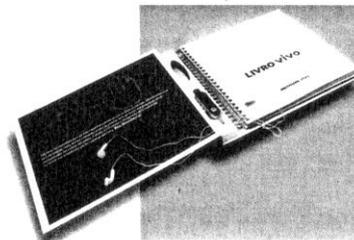
#### Eu Vivo Remando

Depois de SP, em 2009 o programa de formação e treinamento de equipe de remo adaptado está sendo lançado em Recife (PE), numa parceria Vivo, Clube Náutico Capibaribe, Centro de Vida Independente de Recife e Confederação Brasileira de Remo.



#### Rede Vivo de Inclusão Digital

Formação dos Centros de Informática da Escola Anísio Teixeira (BA) e da Escola Estadual Professor Ennio Voss (SP). Para cada um dos estabelecimentos de ensino foram doados 25 computadores com acesso à internet móvel de alta velocidade.



#### Livro Vivo

Publicação concebida e produzida pelo **Instituto Vivo** para sensibilizar para a causa da inclusão de deficientes visuais. Incorpora recursos que convidam a "lê-lo" com os cinco sentidos. Exemplares já foram entregues a entidades e órgãos públicos das capitais e principais cidades brasileiras.

#### Vivo no Teatro

Programação especial de espetáculos gratuitos oferecidos no **Teatro Vivo** (SP) para grupos de estudantes e professores de escolas municipais e estaduais, além de instituições parceiras do **Instituto Vivo**. O programa já beneficiou mais de 12 mil pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	25

### Projeto Webrádio

Desenvolvido em parceria com o Instituto Eletrocooperativa, o projeto oferece curso técnico de programação e locução de rádio para jovens deficientes visuais do Instituto de Cegos da Bahia e da Associação Baiana de Cegos.



#### Rádio Vivo

Curso de capacitação profissional em radialismo promovido em SP. Objetivo é preparar equipe para atuar na **Rádio Vivo**, emissora de webrádio voltada à comunidade de pessoas com algum tipo de deficiência visual. Parceria com a Laramara.

### Curso de Telemarketing e Telecomunicações

Desenvolvido em parceria com o Centro de Educação Profissional João Calábria, de Porto Alegre (RS), capacita jovens em situação de risco social. Algumas aulas são ministradas por voluntários da **Vivo**.

### Loja Inclusiva no Macapá

Inauguração de ponto-de-venda adaptado a pessoas com deficiência física na capital do AP.



#### Efort

Fruto da parceria do **Instituto Vivo** com a **Efort**, o projeto oferece cursos profissionalizantes para jovens com algum tipo de deficiência, preparando-os para o mercado de trabalho. Em 2008, foram beneficiadas mais de 2.200 pessoas na região da Grande São Paulo.

### Faculdade Aberta da Melhor Idade (FAMI)

O **Instituto Vivo** apóia a iniciativa do Instituto Brilho Brasileiro em parceria com a FCG Business School, que oferece em Jundiaí (SP) cursos subsidiados de idiomas, pintura, teatro, informática, dança, etc. para pessoas com mais de 45 anos.

### Portal do Futuro

Preparação de jovens de comunidades carentes do RJ para o mercado de trabalho na área de vendas do setor de telecomunicações. Parceria com o Centro de Educação para o Trabalho e a Cidadania do Senac Rio.

### Quinteto Vivo

Parceria com o Instituto Vera, o projeto tem como objetivo colaborar para a inserção de jovens massoterapeutas com deficiência visual no mercado de trabalho (SP).

### Ler para Crer

Projeto desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São Paulo (SP) possibilita que o acervo das bibliotecas públicas municipais se torne acessível para as pessoas com deficiência visual por meio da transcrição das obras em Braille ou audiolivro.



#### Balé de Cegos

Patrocínio à Associação de Balé e Artes para Cegos Fernanda Bianchini, escola de dança para pessoas com deficiência visual, baixa visão e videntes.

### Forças do Bem

Apoio às atividades das escolinhas de futebol da ONG Forças do Bem, do RJ, e doação de cestas básicas para as famílias assistidas.

### Todos pela Educação

Apoio à iniciativa que mobiliza sociedade civil, educadores, empresas e órgãos do governo em torno da meta de garantir o direito à educação pública para todas as crianças e jovens brasileiros até 7 de setembro de 2022, bicentenário da Independência do Brasil.

### Acelera, Se liga, Circuito Campeão e SuperAção Jovem

Apoio aos quatro programas de educação desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna no DF, TO, GO, MS, SP, SC e PA. As iniciativas beneficiam alunos da rede pública de ensino.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	26

## Rede Vivo de Voluntariado

### Semana Nacional do Voluntariado

Iniciativa estimula colaboradores, familiares e amigos a se dedicarem a ações voluntárias durante um dia.

### Acessibilidade em filmes e eventos

Audiodescrições de filmes ou eventos culturais patrocinados pela operadora. Além do **Teatro Vivo**, os serviços foram oferecidos em outras casas de espetáculo e festivais em SP, RS, BA, GO, BH e AM.

### Código de Defesa do Consumidor inclusivo

A **Vivo** produziu versões em Braille e audiolivro do Código. Exemplares têm sido distribuídos a instituições e órgãos públicos das capitais e principais cidades brasileiras.

### 1º Encontro Nacional de Audiodescritores - Traduzindo imagens em palavras

Patrocínio de evento realizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo para divulgar nacionalmente a técnica de audiodescrição.

### Dia da Pessoa com Deficiência

Promoção de eventos em comemoração à data: exibição com audiodescrição do filme *Signos da Cidade* no **Teatro Vivo**, lançamento do Manual de Convivência da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e apresentação de filmes com interpretação em Libras na exposição "Vivo Arte.Mov.- Mobilidade em Devaneio", realizada no **Espaço Cultural Vivo**.



### Dia das Crianças

Realização de diversas atividades voluntárias no mês de outubro, beneficiando 15 instituições de vários Estados com doações, passeios, visitas guiadas e organização de festas.

### Cartilhas e livros em Braille e audiobook

Doação de cartilhas sobre a dengue em Braille produzidas pelo **Voluntariado Vivo** a instituições do DF e TO. Cartilhas em Braille sobre hanseníase (TO). No AM, entrega de títulos em Braille e audiolivros à Biblioteca Braille do Estado.

### Cegos no jogo da Seleção

Em parceria com a Associação de Deficientes Visuais do DF, a **Vivo** levou um grupo de deficientes visuais e acompanhantes para assistir ao jogo de reinauguração do Estádio Bezerrão, em Gama (DF).

### Campanha de Natal

Mais de 2,8 mil sacolas com donativos foram entregues a 15 instituições de vários Estados, beneficiando cerca de 4 mil crianças e adolescentes. No RJ, foram arrecadadas 1,5 toneladas de produtos para as vítimas das enchentes em Campos dos Goytacazes.

### Campanha de Páscoa

Promoção de eventos e entrega de donativos para escola e instituições de assistência a crianças no AM e PA.

### Oficina de Chocolate para deficientes visuais

Curso de fabricação de bombons dirigido a deficientes e familiares de Campo Grande (MS).

### Vizinho Vivo

Projeto de capacitação para o mercado de trabalho de jovens assistidos pela Associação Maria Helen Drexel (AMHD) que conta com a colaboração dos voluntários da área de Faturamento da **Vivo SP**.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	27

## Rede Vivo de Gestão Ambiental

### Adoção do Minizôo Palmira Gobbi

Instituto Vivo doou placas com identificação dos animais abrigados pelo minizôo de Porto Alegre (RS) e cartilhas educativas (inclusive em Braille) para serem utilizadas nas atividades pedagógicas.



### Escola Parque

Projeto de educação ambiental desenvolvido desde 2004 junto aos moradores do entorno do Parque de Foz do Iguaçu (PR) para sensibilização da importância da preservação da biodiversidade.

### Hora do Planeta (Earth Hour)

Adesão ao ato de alerta sobre o aquecimento global organizado pela WWF, que convidou cidadãos, empresas e governos a apagarem as luzes por uma hora no dia 28/03/09. A Vivo enviou torpedos SMS no RJ e SP e apagou luzes externas de seus prédios nas duas capitais.

### Fórum Estadual Integrando Meio Ambiente à Vida

Apoio e participação no evento realizado em Porto Alegre (RS) para divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão ambiental e inclusão social.

### Campanha Pneus e Baterias

Realizada em parceria com o Ibama de AP, ação visa conscientizar a população de Macapá sobre a importância da reciclagem de pneus, pilhas e baterias.

### Mutirão do Lixo Eletrônico

Apoio à iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de SP em prol do descarte correto dos resíduos tecnológicos. A Vivo disponibilizou urnas do Vivo Recicle seu Celular, enviou 1 milhão de torpedos SMS e orientou clientes nas lojas próprias.

### IPÊ

Os recursos obtidos com o programa Vivo Recicle seu Celular são repassados para três projetos de educação e capacitação ambiental do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê): Ariri (SP)/Superaguí(PR), Buri (SP) e Nazaré Paulista (SP).

## Rede Vivo de Gestão Social

### Fundo Amigo

Campanha estimula colaboradores, parceiros e clientes da Vivo de todo o Brasil a doar parte do Imposto de Renda ao Fundo para Infância e Adolescência, gerido pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Conheça mais sobre as iniciativas do Instituto Vivo.  
Acesse o site [www.institutovivo.org.br](http://www.institutovivo.org.br)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	28



**Conexão como nenhuma outra.**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Obrigado, Deputado Wilson Lima, por lutar para que os aparelhos celulares funcionem na Câmara Legislativa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subo a esta tribuna porque li no final de semana o que nós já sabemos sobre várias irregularidades no Governo do Distrito Federal, principalmente a falta de licitação e de contratação de vários serviços. Não sei se todos os Parlamentares desta Casa tiveram conhecimento, mas é bom que o tenham.

Um dos que chama atenção foi publicado na revista *Época* desta semana: “O Governo muda, mas as digitais são as mesmas”. Está aqui, Sr. Presidente, a foto do Governador do Distrito Federal, Arruda, juntamente com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Izalci Lucas. Uma simples auditoria da CGU apontou várias irregularidades junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia e à Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração – FEPAD, uma federação pública que faz contratos de prestação de serviços com universidades federais. Isso mostra que realmente as digitais são as mesmas, até porque autoridades do Ex-Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, continuam exercendo funções no Governo José Roberto Arruda. Está aqui demonstrado pela reportagem da revista um contrato de mais de 27,5 milhões e outro de 17,5 milhões.

Então, estou apresentando a esta Casa um requerimento da Comissão de Educação e Saúde, convocando o Secretário de Ciência e Tecnologia, Sr. Izalci Lucas, para dar esclarecimentos aos Parlamentares desta Casa. Gostaríamos também que S.Exa. esclarecesse, inclusive, os quase 8 milhões de prejuízos aos cofres públicos do Distrito Federal.

V.Exa., Deputado Wilson Lima, veio aqui dizer que o Hospital de Santa Maria funciona precariamente, o que é do conhecimento de todos os Parlamentares desta Casa. Funciona precariamente porque o Hospital foi terceirizado e, além disso, não dá o principal atendimento à sociedade, que é o atendimento de emergência, Deputada Erika Kokay. Nesse caso, os pacientes, realmente, têm de procurar o Hospital Regional do Gama. E não podemos por isto culpar os servidores da Saúde, que não têm culpa alguma da situação, do caos em que se encontra a Saúde Pública do Distrito Federal.

Portanto, quero convocar o Secretário de Ciência e Tecnologia para dar esclarecimentos, para que não tenhamos, no futuro, mais surpresas. Proponho, inclusive, Sr. Presidente, a abertura de uma CPI. São necessários 8 Deputados para a sua instalação. A bancada do Partido dos Trabalhadores – Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Chico Leite e eu – vai assinar, com certeza. Já são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	30

4 Parlamentares. O Deputado Reguffe e a Deputada Jaqueline Roriz também assinarão. Ficarão faltando apenas duas assinaturas para totalizarmos os 8 Deputados e abriremos uma CPI, para que esta Casa possa investigar profundamente não só os quase 7,5 milhões nas irregularidades e prejuízos aos cofres públicos do Distrito Federal, mas todos os contratos, pois a reportagem é clara. Na verdade, a FAPED substitui o papel que o ICS praticava no Governo do Ex-Governador Joaquim Roriz.

Então, na verdade, mudou-se realmente o governo, ou pode-se dizer que se mudou o governador, mas não o governo, pois continuam as mesmas pessoas e, conseqüentemente, as mesmas digitais, como é dito na reportagem. Isso até é bom, pois só vemos nos meios de comunicação do Distrito Federal fotos do Governador em matérias positivas. Então, está aqui a revista *Época*, uma revista de circulação nacional, que tive a oportunidade de comprar no aeroporto de Belém e ler no trajeto Belém-Brasília. A reportagem mostra que também existem irregularidades, ilícitudes, falta de licitação e desvios de recursos públicos no governo do Governador José Roberto Arruda.

Ainda bem que a imprensa nacional continua noticiando, para que não pensemos que Brasília se tornou uma ilha da fantasia. E olhem que sabemos que há muitos erros e muitas irregularidades.

Portanto, Sr. Presidente, quem quiser assinar o requerimento da CPI e o requerimento de convocação do Sr. Secretário, está aqui à disposição do Srs. Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos assessores da Casa, nossos amigos da imprensa, essa assistência comunitária que sempre nos honra com suas presenças, quero, em nome da Liderança, dizer que participei, durante esses últimos dias, de algumas atividades que dignificam bastante a gestão do Governador Arruda frente ao Governo do Distrito Federal.

Aqui hoje vi um Deputado bem jovem, no seu discurso, dizer que, antes de morrer, gostaria de ver o problema de uma escola aberta. Eu quero falar que educação não é evento; educação é processo, como o sabe Deputado Rogério Ulysses, que também é um grande professor. Nunca veremos uma escola completa. Esse é o discurso do educador em qualquer lugar do mundo. Aquela escola que já tem hoje computadores em todas as salas e que já tem tudo o que a tecnologia praticamente está oferecendo já está reivindicando outras coisas. E, neste mesmo mundo de Deus, ainda há escolas reivindicando um quadro negro com giz. É por isso que a educação é um processo – a cada reivindicação, uma nova reivindicação. Mudanças não se fazem por atacado, até porque as mudanças em educação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	31

precisam ser testadas para que o que não der certo não traga um prejuízo a toda uma coletividade. É preciso aplicá-las e acompanhá-las com tempo de correção.

Veja, só para dar um exemplo dos mais modernos, que o Ministério de Educação anuncia agora a reforma do ensino médio a partir de 2010; mas não está anunciando uma reforma total do ensino médio brasileiro. O Ministério está pegando determinados grupos de escolas, de acordo com os resultados do último sistema de avaliação, para nelas introduzir uma mudança experimental de um *curriculum* de ensino médio. Se os resultados forem satisfatórios, expandirá essa mudança para todo o Brasil.

Mas o Distrito Federal está vivendo tempos áureos em modificações e experimentações na área educacional. Várias escolas abertas em todas as regionais de ensino estão servindo a comunidade. Vem sendo feito um trabalho de conquista da comunidade, porque precisa haver uma preparação da comunidade para não destruir a escola. Passa a ser também um trabalho educativo com a comunidade.

Há experiências da chamada Escola Modelo, mas, como educadora, prefiro chamar de modelo de escola, porque acredito que não se transfere o modelo de uma escola para outra. Cada escola constrói o seu modelo de acordo com seus objetivos para servir a uma determinada comunidade. Já com êxito a implantação da escola de tempo integral, que no mundo todo – e eu queria que vocês prestassem atenção a isso – é implantada com modelos diferentes, com modelos de acordo com as comunidades. Vi em países europeus, vi em países asiáticos, vi em países do continente latino-americano modelos os mais diversos: aqueles em que as crianças almoçam em casa e voltam, por preferência dos pais; aqueles em que as crianças levam as suas refeições para almoçar na escola; aqueles em que se alimentam com a refeição oferecida pelo governo... Enfim, vi os mais diferentes modelos. Mas o importante é que o modelo deu o resultado previsto, alcançou os objetivos de acordo com aquilo que se traçou.

No Japão, eu vi o exemplo que mais me impressionou – os alunos das séries mais adiantadas, Deputado Reguffe, servem a alimentação nas salas de aula para os alunos das séries mais atrasadas. Depois, esses próprios alunos limpam a sala de aula, deixando-a limpa para o dia seguinte. Imaginem em um país como o Brasil nós dizermos que os alunos das séries mais adiantadas vão levar a bandeja para os alunos das séries mais atrasadas e que não vão para casa antes de deixarem a sala limpa. Isso seria um deus nos acuda e um pedido de *impeachment* para os governantes. É benção para determinadas culturas! Mas como nós temos ainda mágoas e marcas de uma colonização que nos escravizava, nós não podemos adotar realmente determinados modelos.

Contudo, vejo com prazer programas sociais que se ampliam, como, por exemplo, o Renda Minha, que criamos no Governo anterior. Eu não fico triste quando vejo, hoje, esse programa inserido num programa maior chamado Vida Melhor,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	32

porque como educadora entendo que educação é um processo. Então, já foram passos a mais. Eu anseio, sim, pelo dia em que as crianças e os pais brasileiros não precisem mais de programas, nem de projetos compensatórios. Aí, sim, poderemos ficar felizes.

A avaliação institucional que o Governo do Distrito Federal vem aplicando, através de sua Secretaria de Educação, está instrumentando as escolas para que elas mesmas se conheçam e vejam no que podem melhorar para melhorar a qualidade de ensino dos seus alunos e a qualidade de aprendizagem. Não basta entregar certificados ou diplomas! Precisamos entregar crianças e jovens evidentemente qualificados.

Até 21 de abril, data em que Brasília estará comemorando os seus 50 anos, estaremos, com certeza, atingindo um índice, índice este que há muito não era visto. Mas, ontem mesmo, depois de muito tempo, eu entrei na Biblioteca Nacional acompanhando o Governador e o Ministro da Cultura, que foram assinar um convênio para uma maior dinamização da Biblioteca Nacional.

Fiquei surpresa porque há muito tempo eu não entrava e só ouvia coisas desfavoráveis. Alguém até chegou a dizer “biblioteca sem livros” porque não se atualizou para saber que hoje também se adotam novos modelos de biblioteca. Mas para quem ali entrar e quiser, pela Internet, pesquisar nas maiores bibliotecas do mundo, o sistema está interligado. É uma coisa para deixar as nossas gerações, principalmente, extremamente admiradas.

Então, vejo, sim, que há dificuldades em muitas áreas, e há dificuldades! Mas a administração pública felizmente é um processo. Nunca devemos dizer que é 10; de 10 devemos cair pelo menos para 9, para dizer que precisa melhorar e alcançar um passo a mais. Vamos para um passo a mais. Quando alcançarmos aquele passo a mais, temos outra meta a atingir. É assim que as sociedades se desenvolvem, é assim que as sociedades crescem.

Sr. Presidente, agradeço a sua magnanimidade, mas eu pediria que, se possível, quando terminarmos a sessão de hoje – a pauta que a Deputada Erika Kokay e eu acabamos de ver está com alguns vetos que não conseguimos superar na semana passada – nos reuníssemos com os Deputados para, agora juntos, verificarmos como vamos dar andamento à votação dos vetos do PDOT, coisa que gostaríamos de fazer, ou precisamos fazer, ainda nesta semana. Não podemos deixar também que isso fique aqui por um prazo indeterminado.

Há outros projetos. Estamos contatando os presidentes das comissões temáticas e da CCJ – de início sabemos que podemos contar com o apoio do Deputado Rogério Ulysses – para que, na parte da tarde de amanhã, já possamos trazer alguns desses projetos aqui para incluí-los em pauta, porque são projetos que precisam ser aprovados ainda nesta semana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, realmente assinamos um requerimento de CPI para que possamos apurar as denúncias que saem do ressurgimento do ICS através dos convênios que são feitos via Universidade de Brasília, FEPAD, e a contratação de empresas de informática que estão sob investigação da CGU.

A CGU já aponta mais de 7 milhões de superfaturamento. Aponta, inclusive, que serviços que foram pagos não foram realizados. E o mais interessante é que, mais uma vez, nós temos a dispensa de licitação e a contratação de mais uma empresa para prestar serviços na área de informática por 27 milhões, sem licitação. Da mesma forma como foi sem licitação a contratação da Real Sociedade Espanhola para dirigir o Hospital de Santa Maria. E aí, Deputado Wilson Lima, se V. Exa. me permite, com todo o respeito que lhe tenho, não há que se responsabilizar e culpar os servidores da Saúde na cidade da Santa Maria ou do Gama por estarem indicando ou encaminhando os pacientes para o Hospital do Gama. Não há hospital em Santa Maria aberto, funcionando. O que há é um grande ambulatório, já que não há pronto-atendimento. Portanto, não há um hospital e não há cirurgias. O quadro de pessoal representa 10% apenas do que seria o quadro necessário, não obstante a empresa estar recebendo o valor que lhe cabe: em média 9 milhões de reais. Ela recebeu R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões e novecentos e cinquenta mil reais) no dia 23 de março. O Hospital foi aberto como ambulatório um mês depois. Recebeu, portanto, com o Hospital fechado e vai receber o valor devido todos os meses. Irá receber porque as metas não preveem atenção à saúde. Em verdade, as metas não estão absolutamente ou totalmente formatadas, até porque não há ainda um critério de aferição da qualidade do atendimento. Portanto, não há hospital funcionando em Santa Maria, não obstante tenhamos por volta de 5 mil concursados das mais diversas especialidades ou profissões da área prontos para assumirem os seus postos numa política pública de Estado. Estes servidores, estes concursados amargam sem esperança uma interminável e inquieta fila de espera, enquanto nós temos uma empresa ganhando o que foi acordado que iria ganhar. E a Saúde mergulhada num caos!

Nós temos ali dezenas de leitos de UTI que estão fechados porque o Governo insiste em tomar o caminho da ilegalidade. A ilegalidade de uma contratação sem licitação que vai custar 222 milhões, que estão sendo pagos mensalmente. Contudo, o Hospital está fechado num primeiro momento e funcionando precariamente num segundo. E eu digo tudo isso porque eu creio que o ser humano é finito. Nós somos finitos. Somos finitos e eu digo que o ser humano é ser faltante e que, portanto, viver também carrega uma dose de sofrimento, porque só podemos nos sentir completos se nos sentirmos pertencentes a algo além de nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	34

mesmos, já que somos seres finitos. Precisamos de uma comunidade, de redes, somos frutos de redes, da trama da rede das ações que incidem sobre nós diretamente. Mas há um sofrimento que é absolutamente desnecessário. Um sofrimento que é provocado. Um sofrimento que existe porque gestores públicos se negam a cumprir a função que deveriam cumprir. Eu estou falando de uma menina de 2 meses que faleceu. Dois meses de idade e faleceu! Esta menina precisava de uma UTI para sobreviver. Houve uma sentença judicial que estabeleceu que ela deveria ser transferida para uma UTI no prazo máximo de 24 horas. Essa sentença foi desconsiderada pela Secretaria de Saúde.

A Secretaria de Saúde foi notificada 3 vezes. Foi notificado o Diretor do Hospital da Asa Sul, foi notificado o Secretário Adjunto, Sr. Florêncio, uma primeira vez por meio dos seus procuradores. Como há na Secretaria de Saúde a estranha mania de os principais gestores se esconderem, o Sr. Florêncio estabeleceu uma procuração para pessoas na Secretaria o representarem em qualquer esfera, inclusive receberem notificações judiciais.

Os procuradores foram notificados uma vez. Foram notificados outra vez e a Secretaria de Saúde não cumpriu uma decisão judicial. Nós temos, portanto, 3 vezes, a Secretaria de Saúde notificada. E o Sr. Florêncio vai à imprensa e diz que não sabia que havia essa sentença judicial. Três vezes! Uma ao Diretor do Hospital e duas aos representantes legais do Secretário Adjunto, que responde pelo Secretário e que tem a estranha mania de se esconder do povo do Distrito Federal, porque não tem argumentos para justificar o caos no lugar onde existe o maior orçamento de saúde do Brasil, orçamento *per capita*.

Portanto, a meu ver, o que aconteceu na Secretária de Saúde foi um homicídio doloso. Cabe uma responsabilização, porque a Secretaria de Saúde não tem respeitado as decisões judiciais. E esta menina que precisava de uma UTI talvez estivesse entre nós, mas faleceu 8 dias depois. E eu digo, 8 dias depois da sentença judicial que estabeleceu um prazo máximo de 24 horas para que ela fosse transferida para uma UTI. Há dezenas de UTIs fechadas no Hospital de Santa Maria, e a Real Sociedade Espanhola recebendo por essas UTIs que não estão em funcionamento!

Por isso, eu digo que o Secretário de Saúde, que estará aqui no próximo dia 10, convocado pela Comissão de Educação e Saúde, terá que se explicar. Explicar por que no caso da fila dos que esperavam transplante cardíaco no ano passado, grande parte dessa fila já não existe mais. A central de captação de órgãos da Secretaria de Saúde está sem funcionamento adequado.

Temos o Hospital Incor absolutamente pronto para realizar qualquer cirurgia. Temos talvez o maior índice de doadores *per capita* do Brasil, mas não temos a estrutura da Secretaria de Saúde para salvar essas vidas.

E eu digo que, de tudo isso, esta é uma dor desnecessária. A dor dos familiares, com quem tive a oportunidade de conversar, que perderam seus parentes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	35

porque não havia estrutura para captar órgãos para que pudessem ser transplantados e a dor da pequenina de 2 meses que teve a vida ceifada. Por isso eu digo que a Secretaria de Saúde entra na esfera do conflito com a lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo mais Deputados que queiram fazer uso da palavra, encerro os Comunicados de Parlamentares.

Está encerrado os Comunicados de Parlamentares.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Bispo Renato, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum* para a apreciação dos 3 vetos acordados nesta tarde com as Líderes desta Casa, a Líder do Governo e a Líder da Oposição.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um imbróglio hoje no Distrito Federal. O art. 84, inciso XIV, da Carta Maior diz que atos e normas federais só o Presidente da República pode regulamentar. Há pouco, saiu um decreto do Governador exigindo que apenas quem tivesse curso superior pudesse participar do concurso da Polícia Militar. Isso acabou excluindo desse certame e da possibilidade de servir à sociedade muitos mil jovens que, embora à altura do ensino médio, tinham formação, capacidade e vontade de trabalhar e servir.

Do ponto de vista legal e constitucional, não tenho nenhuma dúvida. O concurso está marcado para o dia 13 e está sob liminar. Nesta semana, teremos o julgamento de um agravo recursal de autoria do Ministério Público que tenta derrubar a liminar. Não temos dúvida de que, desse ponto de vista, o Ministério Público tem razão, pois só o Presidente da República poderia estabelecer se seria curso superior ou ensino médio.

Agora, do ponto de vista de política pública, registro que, na minha opinião, em princípio, até parece positivo, num discurso mais geral, exigir curso superior com essa verdadeira indústria de diplomas que campeia no País, lamentavelmente. Mas a minha impressão e modesta opinião é que o ideal é um curso interno de instrução formar essas pessoas, esses jovens, para que eles possam servir à sociedade como soldados, de maneira humanizada e comunitária.

Assim, deixo o registro de que melhor, muito melhor do que um título, seria a formação voltada para servir à sociedade naquela área.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, está feito o seu registro.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	36

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que faça a chamada nominal e, não havendo *quorum*, que encerre a sessão.

Eu conversava com a Deputada Eurides Brito para que façamos um projeto de resolução a fim de que a presença só seja considerada, de fato, se o Parlamentar ou a Parlamentar estiver presente' no período de votação. Senão, será uma presença que não é presença. Será apenas a letra fria de uma tinta no papel. Não conseguimos fazer com que a pauta ande.

É preciso que tenhamos claro que, na semana que vem, haverá um feriado. Portanto, temos 10 sessões até o final do semestre e uma pauta extensa para apreciar, além do costume que há nesta Casa de os projetos dos Parlamentares serem apreciados em plenário quando se avizinha o recesso.

Assim, estamos fazendo a discussão de que, a partir da outra semana, sem ser a próxima, a outra, tenhamos a pauta já fechada do semestre. Os projetos que o Executivo considerar urgentes devem ser encaminhados para verificarmos se essa urgência é real, pois muitas vezes a urgência do Executivo é contra o povo e não a favor do povo. Mas podemos analisar os projetos que o Executivo queira aprovar e os projetos dos Parlamentares e fechar a pauta para o mês de junho, pois, em julho, há recesso.

Sr. Presidente, vamos fazer um projeto de resolução para determinar que a presença só seja válida se houver a participação do Parlamentar na discussão e votação dos projetos para que possamos fazer esta Casa andar, mas não no ritmo do Buriti. Quando o Buriti impõe seu ritmo, ele consegue estabelecer o funcionamento desta Casa. Que seja o ritmo de acordo com os Parlamentares, que representam a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Solicito que se faça a chamada; caso não haja *quorum*, que possamos encerrar a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 99 - Suplemento, de 05/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 48ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	37

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero retomar o assunto que a Deputada Erika Kokay, Líder do PT, trouxe aqui à colação sobre o problema da frequência. Basta olharmos o registro de frequência para vermos que, em todas as sessões, existe número suficiente para votação. Esse número cai quando chega exatamente a hora da votação. Por isso, nós duas conversamos e chegamos à conclusão de que, se fizessemos essa inversão — só contar como presente aquele que aqui esteja na hora da votação, e não na hora da primeira votação —, seria melhor para todos nós: para a imagem desta Casa, para o Deputado que não pode chegar tão cedo para o momento do discurso e que não tem nenhum interesse, naquele dia, de fazer um discurso, deixando o momento para os companheiros, etc.

Quero fazer apenas uma ressalva à colocação feita pela Deputada Erika Kokay: o Buritinga não impõe ritmo a esta Casa. Aliás, se impusesse ritmo a esta Casa, como bancada majoritária, estaríamos trabalhando, trabalhando, trabalhando... Isso vem de longe. Todos os governos, desde que a Câmara Legislativa é Câmara, deixam as votações para a célebre sessão do fim do primeiro semestre e para aquela célebre sessão do fim do segundo semestre, quando vamos noite adentro, até quase o horário do café da manhã para votar, a toque de caixa, tudo o que realmente falta.

Então, a Deputada Erika Kokay e eu redigiremos este projeto de resolução. Vamos pedir o apoio de todos os Deputados presentes que acompanham as sessões regularmente e que vão embora só quando tudo está encerrado. São sempre os mesmos. Todos apanhamos com relação a isso. Agora, quando vamos ao livro de frequência, vemos número suficiente para votação. Na verdade, isso não existe. O livro foi assinado, e foram embora.

Não há ritmo de Buritinga. Se houvesse, estaríamos votando todo dia, dizendo sim, presente. Não haveria veto, não haveria derrubada de veto de Governo, não haveria nada. Cada Deputado aqui, mesmo da bancada de Governo, é livre para exercer o seu mandato.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Deputado Raad Massouh estava inscrito nos Comunicados de Parlamentares. S.Exa. poderá usar a palavra.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me mostrar favorável a este projeto de resolução proposto para que realmente possa constar como presente aquele Deputado que está presente nas votações. Como disseram os que me antecederam, é muito comum constar a assinatura dos que, depois, seguem para outros caminhos. Então, coloco-me favorável, desde já, a este projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	38

Acredito, Sr. Presidente, que também poderíamos melhorar um pouco isso se reduzíssemos o período de férias. Setenta e cinco dias de férias, por ano – tenho respeito às posições contrárias –, na minha opinião, é um exagero. Agora, em julho mesmo, nós temos, na Câmara dos Deputados, um recesso reduzido, menor que o nosso, e acho que poderíamos migrar para uma discussão ampla neste sentido, para que não haja 75 dias de férias.

Aproveito, Sr. Presidente, para prestar a minha solidariedade a todas as famílias do voo da Air France que ia para Paris e que, infelizmente, vitimou tantas e tantas pessoas. É realmente lamentável, uma situação triste, uma tragédia.

Quero me solidarizar especialmente com a família da cantora Juliana, de Brasília, que residia em Paris. Também fazer uma referência ao Maestro Silvio Barbato, que estava naquele voo. Agora, infelizmente, estamos privados do talento e da genialidade daquele que representa um ícone para a música erudita no Brasil e no mundo. Inclusive, ele foi aluno do nosso querido Claudio Santoro, que, neste ano, completa 20 anos de falecimento. Deixo aqui a minha solidariedade e a minha referência a essas duas famílias que passam por essa dor imensa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrado, Deputado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Fiz esta solicitação para dizer a tamanha indignação que passei, no último domingo, ao meio-dia. Ouvi, na rádio *Jovem Pan* de São Paulo, da boca do jornalista, do repórter Cláudio Carsughi, comentários absurdos feitos contra nossa cidade. Observações, não vou nem dizer “exageradas”, mas “cretinas”, como a de que a construção de Brasília foi o maior erro. Afirmou, com todas as palavras, que a maior culpada da inflação, no Brasil, foi a construção de Brasília. Ele disse que Brasília foi o local onde todo mundo enriqueceu, “no fio da navalha do Código Penal”, Presidente Leonardo Prudente. Que Brasília não deveria existir! E eu, Deputado e representante desta comunidade, sendo obrigado a escutar essas palavras colocadas por uma pessoa que – pelo menos eu acho – nem deve conhecer Brasília. Uma pessoa que não deveria estar ocupando o cargo que está no momento, de posse de um alto-falante, de um microfone da *Jovem Pan* de São Paulo, que transmite para várias cidades do Brasil, inclusive, Brasília. Fiquei indignado ao escutar as palavras desse senhor. Depois ele disse que era totalmente contrário a que Brasília sediasse a Copa do Mundo porque foi aqui que se iniciou o Mensalão. Exatamente, Deputado! Eu acho que as palavras colocadas por essa pessoa, por esse profissional – que pelo menos se diz “profissional”... Eu acho que um profissional jamais faria uma agressão tão grande a uma cidade como a nossa, no momento exato em que lutamos para eliminar esse paradigma e fazer a mudança desse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	39

entendimento: Brasília não é só uma cidade política, que também há pessoas que moram aqui, pessoas humildes, pessoas boas e pessoas de bom coração. Brasília tem turismo, tem coisas bonitas.

Nós vamos trazer a escola de samba Beija Flor, Deputado Batista das Cooperativas, para fazer um enredo, no ano que vem, sobre Brasília, e mostrar para o mundo e para São Paulo, principalmente, que Brasília não é só uma cidade política, que Brasília não é uma cidade fria. Muito pelo contrário, Brasília é uma cidade bonita e tem gente boa. Agora, uma pessoa que pega o microfone de uma rádio que está transmitindo para o Brasil inteiro e diz que Brasília não merece sediar uma Copa do Mundo porque foi aqui que começou o Mensalão! Eu acho que essa pessoa assinou um atestado de imbecilidade. Perdoem-me, não conheço essa pessoa, não faço a mínima questão de conhecer tamanha ignorância em uma só pessoa.

Eu queria, neste momento, solicitar ao nosso GDF que peça explicações à *Jovem Pan*. Sabem por quê? Porque, com certeza, o GDF faz anúncios nessa rádio. A *Jovem Pan* também deve receber patrocínio do nosso Governo do Distrito Federal. Eu acho um absurdo que uma emissora de rádio ou de televisão dê tamanha proteção a uma pessoa irresponsável como este Sr. Cláudio Carsughi.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha indignação ficasse registrada e que os meus companheiros ficassem alertas, porque a nossa luta é para moralizar, a nossa luta é para mostrar que Brasília é uma cidade boa. E muito pelo contrário, os maus políticos que fizeram o Mensalão, que fizeram as atrocidades que temos acompanhado no dia a dia, vieram todos de fora, principalmente do Estado de São Paulo, onde mora esse senhor que falou por intermédio de um alto-falante da *Jovem Pan*.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado que deveríamos tirar o apoio a essa rádio ou, pelo menos, que essas pessoas fizessem um pronunciamento para esclarecer até onde uma rádio autoriza um repórter irresponsável, que em um dia de domingo, que é um dia de lazer, a pegar, ao meio-dia, um microfone da rádio e colocar no ar essas atrocidades que aqui foram citadas. Dizer que Brasília não deveria existir... É um absurdo! Fica aqui registrado o meu descontentamento e o meu pedido ao Presidente, Deputado Leonardo Prudente, e à Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, para que tomem as devidas providências em nome desta Casa.

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de me solidarizar com o Deputado Raad Massouh e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	40

manifestar a indignação desta Presidência, em relação aos ataques indignos e absolutamente fora de contexto que foram desferidos contra Brasília, a cidade de todos nós. Receba desta Presidência, Deputado Raad Massouh, o nosso apoio e a nossa solidariedade.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer das palavras do Deputado Raad Massouh as minhas palavras. Eu gostaria também de mandar um recado a um companheiro nosso que é o proprietário dessa rádio. Esse amigo, que não deve nem estar sabendo disso, é o Wigberto Tartuce. Quem retransmite esta emissora em Brasília é o Wigberto Tartuce, o Vigão. É a rádio AM ou a FM? Então, que fique bem colocado que não é a rádio FM. A rádio FM é do Vigão. A rádio AM é do pessoal da Paulo Machado de Carvalho, a AM 750. Então, não tem nada haver com o Vigão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria complementar a questão trazida pelo Deputado Cláudio Abrantes sobre o falecimento, neste trágico desastre aéreo ocorrido, do Maestro Silvio Barbato, e acrescentar o de uma cantora, a Juliana, que é daqui de Brasília, e honrava os palcos de Berlim há seis anos. Ela foi criada em Brasília, aprendeu música aqui. Por esse motivo, solicito que fizéssemos um minuto de silêncio em memória da Juliana e do Maestro Silvio Barbato. Devo dizer “desaparecimento”, apesar de que, cientificamente, pelas conclusões de todos os laudos já emitidos até o momento, tudo indicar que há impossibilidade de haver sobreviventes. Mas até haver o óbito nós os consideramos “desaparecidos” .

Antes, Sr. Presidente, eu gostaria de me congratular com a presença maciça dos nossos Deputados na sessão de hoje. A última assinatura que faltava era do Deputado Brunelli, que já está presente; portanto, temos tudo para fazer a votação dos vetos acordados e para fazermos a nossa reunião sobre os vetos ao PDOT. Sr. Presidente, é um dia de glória! A folha completamente assinada!

Aproveito para chamar todos os demais Deputados que devem estar nos gabinetes.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer algumas breves considerações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	41

Estive no Pará, representando a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no Encontro da Saúde Pública no Brasil, onde foram discutidos vários temas referentes à saúde e à defesa do SUS, em particular. Eu não entendo como no Brasil inteiro se faz uma defesa absoluta desse sistema que beneficia todas as pessoas que não tem acesso à saúde, e aqui estamos caminhando para uma terceirização.

Eu quero dizer que tivemos alguns palestrantes, como o Governador Requião, do Paraná, que explanou, desde o *crash* de 29, nos Estados Unidos, fazendo uma enumeração de fatos que levou aos problemas da Saúde pública no resto do Brasil. Na sua explanação, expôs a questão da terceirização, apenas com relação à demanda, porque, às vezes, você não consegue ter médicos se não os pagar adequadamente! Neste momento, S.Exa. chegou ao ápice da sua fala, da qual tivemos o entendimento, mais ou menos, de que aquilo era possível. Mas nós não podemos fazer é a terceirização de toda a Saúde! Isso não aceitamos, de maneira alguma!

Ouvimos também o Tarcísio Perondi, que explanou sobre a Emenda Constitucional nº 29, que trata do aporte de recursos da Saúde no Brasil, e propõe a liberação de mais R\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de reais) para a Saúde do nosso País. Foi uma palestra, realmente, muito interessante.

Solicito a todos os Parlamentares que possamos estar juntos reivindicando esse aporte de recursos para a Saúde, com a finalidade de melhorar cada vez mais a Saúde no Brasil e, em particular, no Distrito Federal. Portanto, solicito ao nosso Presidente, Deputado Leonardo Prudente, que faça um convite ao Tarcísio Perondi para fazer uma palestra a todos nós, para que estejamos cada vez mais aptos a participar desse momento histórico de aporte de recursos na Saúde.

Agradeço, também, todos aqueles que, por meio do voto de todos os congressistas, escolhido entre os 150 trabalhos, projetos brasileiros... Fomos escolhidos aqui no Distrito Federal para receber o prêmio "Legislador de 2008". Parabéns ao Deputado Berinaldo Pontes, que aqui o recebeu.

Enfim, eu queria dizer que nós precisamos estar presentes nos encontros da UNALE – União Nacional dos Legislativos Estaduais que são feitos no Brasil. Vimos lá 8, 10 Parlamentares de Rondônia, do Paraná, do Pará e de outros lugares; de Brasília, num primeiro momento, só estávamos nós. Depois, tive a satisfação de ver o nosso Presidente, Deputado Leonardo Prudente, e o nosso Vice-Presidente, Deputado Cabo Patrício, que participou dos debates, dos trabalhos.

Solicito que nas próximas reuniões, e a próxima se realizará em Belo Horizonte, tenhamos uma representação de Parlamentares e servidores desta Casa, mostrando o pensamento do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	42

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito a todos os Parlamentares que permaneçam em plenário, porque haverá apreciação dos vetos acordados com as 2 líderes da Casa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, membros da Mesa, demais Deputados, membros da galeria, da imprensa, invariavelmente, eu tenho usado esta tribuna para falar de habitação, de moradia e, principalmente, de moradia digna, mas hoje eu queria, Deputada Eurides Brito, nossa Líder de Governo, fazer uso desta tribuna para falar de outro assunto.

Eu queria falar das licenças ambientais que são outorgadas hoje pelo Distrito Federal, pelo IBRAM. E outorgadas de uma maneira correta, uma vez que era a única unidade da Federação que não podia fazer isso, que era tolhida disso. Era uma aberração, e o Presidente Lula resgatou esse direito legítimo de Brasília.

Ocorre que cabe a mim avaliar – eu quero avaliar isso – por que o Ministério Público, de uma forma muito estranha, questiona esse decreto; de uma forma muito estranha, repito. Quero crer e penso que, só por ignorância – eu não tenho esse conhecimento –, o Ministério Público fez isso nos outros 26 estados. Eu quero crer que tenha feito isso. Eu não tenho conhecimento disso, deve ser uma falha minha.

Com isso, eu quero dizer que é legítimo, é um resgate, o DF era a única unidade da Federação que não tinha possibilidade de emitir as suas licenças ambientais.

Agora, quero falar do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. O IBRAM tem desenvolvido todos os esforços para desenvolver as ações pertinentes àquele órgão, e tem tido toda sorte de dificuldades, Deputado Bispo Renato. O IBRAM, que nós aqui na Câmara, há aproximadamente 1 ano e meio, ajudamos a constituir, a criar, está com uma responsabilidade imensa, que é emitir as licenças. O IBAMA remeteu mais de mil processos para o IBRAM, e quero dizer também que a estrutura de recursos humanos do IBRAM é a mesma hoje.

Com isso, quero perguntar de que maneira o Instituto Brasília Ambiental, citado pelo Deputado Geraldo Naves no decorrer da semana passada, poderá emitir essas licenças. Estou falando da licença ambiental do Mangueiral, do Porto Rico, do Pôr do sol, do Sol Nascente, da Vila São José, do VLT...

Sei que a Deputada Erika Kokay vai achar estranho, e é estranho um Deputado de base, Vice-Líder do Governo, ter que vir à tribuna pedir para o Governador aparelhar com recursos humanos, com técnicos, o Instituto Brasília Ambiental. Tomei a liberdade, Deputada Erika Kokay, de citá-la, porque se eu fosse da Oposição, no seu lugar, eu faria esta colocação: "Ora, Deputado, V.Exa. é Vice-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	43

Líder do Governo, não precisa usar a tribuna”. Eu diria: “Eu preciso usar a tribuna, eu estou usando a tribuna”.

Então, solicito a nossa Líder, Deputada Eurides Brito, que façamos um esforço conjunto no sentido de ir ao Poder Executivo e lhe dizer, quase numa súplica: nós precisamos dar condições para que o IBRAM possa emitir essas licenças. O Riacho Fundo II, 4ª Etapa, tem 5.089 moradias. Falta-lhe apenas a licença ambiental.

Sr. Presidente, obrigado pela sua benevolência. Nós precisamos dar possibilidades para que o IBRAM faça a sua ação pertinente, legítima, correta, que é emitir as licenças ambientais.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, futuro deputado federal. V.Exa. deixará muito saudades aqui.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – E V.Exa. estará no Palácio do Buriti.

Sr. Presidente, na semana passada, nós havíamos protocolado um requerimento, fruto da participação de todos os Parlamentares, de audiência pública para discutirmos o projeto do passe livre. Temos concordância com o mérito desse projeto. É importante a aprovação desse projeto para os estudantes do Distrito Federal. Fizemos, inclusive, um debate aqui. Então, eu queria pedir que aprovássemos ainda hoje, Sr. Presidente, a proposta do debate do passe livre, que é uma proposta de todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato sua solicitação, Deputado Paulo Tadeu. Apenas solicito a V.Exa. a data da realização.

DEPUTADO PAULO TADEU – Com relação à data, nós poderíamos fazer...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – No dia 10.

DEPUTADO PAULO TADEU – Dia 10, quarta-feira que vem, à tarde, comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O requerimento está com V.Exa.? Apresente o requerimento à Mesa para apreciarmos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o requerimento que está para ser apreciado trata de uma audiência pública. O Secretário de Saúde estará na Casa no dia 10, fruto de uma convocação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	44

Se não houver nenhum óbice do Deputado Paulo Tadeu, podemos transformar a sessão em comissão geral para discutirmos a questão do passe livre. Solicito que seja elaborado outro requerimento para comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não há nenhum óbice, está resolvido com o Deputado Paulo Tadeu.

Eu acato a solicitação de V.Exa. Apresente o requerimento que o apreciaremos hoje.

Incluo na Ordem do Dia o Requerimento nº 1.613, de 2009.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.613, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “requer a transferência, do dia 04/06/2009 para o dia 18/06/2009, da comissão geral para debater a questão do aproveitamento da mão de obra voluntária das organizações voltadas à preservação do meio ambiente no Distrito Federal, conforme Requerimento aprovado de nº 1.490, de 2009”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 1.588, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, que “solicita seja transformada em comissão geral a sessão plenária do dia 03 de junho de 2009, para discutir o Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, que altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós estamos com uma moção, assinada pelo conjunto dos Deputados, de pesar pelo desaparecimento...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, solicito a V.Exa. que encaminhe a moção à Mesa, para ser aprovada de imediato.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Os Deputados que quiserem assinar a moção... O Deputado Rôney Nemer está assinando a moção, mas ela já está pronta.

Sr. Presidente, hoje, um homem deu 3 tiros na sua esposa, no Fórum de Ceilândia, às 13h35min. Deu 3 tiros na sua esposa e depois atirou em si mesmo. Eram casados há 35 anos, e a esposa tinha a intenção, expressou a intenção de separar-se. Por isso, estavam no fórum em uma separação litigiosa.

Ele disse que não aceitaria a separação, como se a esposa não tivesse vontade, não fosse sujeito da sua própria vida. Ele sacou a arma, deu 3 tiros no peito da esposa e atirou em seu estômago.

Quem atirou foi o Sr. Volmar de Freitas, 71 anos, mas, em verdade, ele apenas acionou o gatilho. Quem proferiu e deferiu essas balas foi uma sociedade sexista, que, por tantos anos, numa construção cultural, coisificou as mulheres e desproveu-as da sua condição de sujeito.

Sr. Presidente, ele, um militar reformado, faleceu no hospital, e a Sra. Leomira, sua esposa, está no centro cirúrgico do Hospital Regional de Ceilândia neste momento.

Sr. Presidente, é mais uma demonstração do sexismo que está espreado, internalizado e que subalterniza as mulheres. Isso, em verdade, só reforça a nossa necessidade de assegurar o direito das mulheres de viver sem qualquer tipo de violência.

Apenas respondendo ao Deputado Batista das Cooperativas, eu lembro bem que o Deputado estava exultante quando os licenciamentos foram transferidos ao IBRAM. O Deputado ficou exultante, mas, em nenhum momento, naquela ocasião, alertou a população de que estava sendo transferido um licenciamento para uma entidade sem estrutura para fazê-lo. Apenas exultava porque ficava a mando do próprio Executivo local o licenciamento ambiental de suas resoluções locais. Não atentou naquela ocasião... É obvio que queremos empoderar o IBRAM e todos os órgãos de proteção ambiental, mas achamos que não havia de se ter nenhum tipo de júbilo ao se repassar o licenciamento para um órgão que não tem estrutura para proceder à preservação do meio ambiente e para fazer um licenciamento que preserve este meio ambiente, como confessou o Vice-Líder do Governo. Alguns podem querer conter esse fatos, mas, quando verdadeiros, eles aparecem e emergem de tudo quanto se quer subterrâ-los.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 99 – Suplemento, de 05/06/2009, juntamente com a ata sucinta da 48ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência inclui a moção lida no Expediente na Ordem do Dia e procede à votação como item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação da Moção nº 370, de 2009, de autoria de vários Deputados, que “manifesta profundo pesar pelas vítimas do acidente com avião da *Air France*, passageiros do Voo 447, no último dia 31 de maio, ao mesmo tempo em que hipoteca irrestrita solidariedade aos familiares pelos momentos de angústia, dor e intenso sofrimento pelo qual estão passando”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas responder à Deputada Erika Kokay, que no último momento de fala talvez quisesse dizer que palavra comove e exemplo arrasta. E é verdade. Eu quero dizer a V.Exa. que continuo exultante. Continuo achando que é um júbilo, sim, porque era uma injustiça não podermos versar sobre licenciamento ambiental no Distrito Federal. Como Parlamentar responsável, não posso me calar e deixar de expressar, no meu momento de fala, a preocupação de que o IBRAM tem que ser aparelhado, o IBRAM tem que ter mais técnicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Conclua, Deputado, para iniciarmos a votação.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Vou concluir, Sr. Presidente. Hoje V.Exa. está numa ânsia tão grande para que este Parlamentar conclua! Já vou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	47

concluir. A Deputada Erika Kokay falou por quase 3 minutos. Eu já vou concluir, mas, para concluir, preciso começar.

A minha angústia é no sentido de deixar isso claro. Eu tenho visto que quase todos os órgãos do nosso Governo são céleres, são rápidos, são objetivos. Este Governo é célere, rápido e objetivo. Inclusive, parabeno a Deputada Erika Kokay por estar de verde hoje, o verde do meio ambiente, o verde da alegria e da esperança.

Concluindo, Sr. Presidente, em momento algum eu acho que o IBRAM não deve ter o licenciamento. Tem que ter e tem que ter mais recursos humanos. Vamos trabalhar para isso!

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre esse tema. Deputado Batista das Cooperativas, até conversei com a Deputada Erika Kokay. O IBAMA também não tinha estrutura. Mas eu acho que o mais importante é Brasília recuperar a sua competência original. Nenhuma outra unidade da Federação tinha essa ingerência indevida do âmbito federal, apenas o Distrito Federal tinha. Acho que foi uma grande vitória para Brasília e nós precisamos ter um pouco de tempo para equipar o órgão próprio a fim de que ele desempenhe a sua função com a competência necessária. Se hoje o IBRAM não tem a estrutura, temos de lembrar que a estrutura do IBAMA era deficitária também.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que coloque em votação o meu PDL. Já pedi no início da sessão. Ele foi o primeiro item que pedi, quando V.Exa. ainda estava na Presidência. Trata-se do PDL nº 308, de 2009. Foram votadas moções e requerimentos, mas o meu projeto de decreto legislativo não foi votado e a Líder já quer passar para a apreciação dos vetos, deixando o meu projeto que concede Título de Cidadão Honorário para o final. Peço a V.Exa. que o coloque agora em votação, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa, até a volta do nobre Deputado Wilson Lima.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Estênio Campelo Bezerra”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	48

Relator: Deputado Milton Barbosa.

A Presidência solicita ao Deputado Wilson Lima que proceda à leitura do parecer sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para proceder à leitura do parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PARECER N. \_\_\_\_\_, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS ao Projeto de Decreto Legislativo n. 308, de 2009, que *concede título de cidadão honorário de Brasília ao Senhor João Estenio Campelo Bezerra.*

**AUTORA:** Deputada Cristiano Araújo

**RELATOR:** Deputado Milton Barbosa

### I – RELATÓRIO

A Comissão de Assuntos Sociais é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo n. 308, de 2009, cujo objetivo é a concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor João Estenio Campelo Bezerra.

Na justificativa da proposição, o autor destaca as realizações do homenageado como advogado no Distrito Federal

No prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

É o relatório.

### II – VOTO DO RELATOR

O artigo 65, inciso I, alínea I, do Regimento Interno desta Casa determina ser da competência da Comissão de Assuntos Sociais o exame e a emissão de parecer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	50

sobre as propostas de concessão de título de cidadão honorário e benemérito de Brasília.

A leitura da justificção apresentada pela autora é bastante esclarecedora, quanto à trajetória de vida do homenageado. Ali estão presentes, sem qualquer sombra de dúvida, os elementos que o tornam merecedor do reconhecimento desta Casa.

À vista disso, meu voto como relator pela Comissão de Assuntos Sociais é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo n. 308, de 2009.

Sala das Comissões, em 2009.

**Deputado Paulo Tadeu**

**Presidente**

**Deputado Milton Barbosa**

**Relator**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	51

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Estênio Campelo Bezerra”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, constatamos que o projeto se encontra de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno desta Casa. Somos, então, pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em turno único, o PDL nº 308, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	52

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Estênio Campelo Bezerra”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Bispo Renato, que colocou o projeto de decreto legislativo em votação, e a V.Exa. por ter dado prosseguimento ao processo de votação. Deputado Rogério Ulysses, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Todos os Deputados, atenção, pois vamos apreciar os vetos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vamos fazer uma chamada nominal?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, há *quorum*. Se não houver, na votação, a matéria não será aprovada.

DEPUTADA EURIDES BRITO – É, mas isso será tempo perdido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É, mas já adianta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	53

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.030, de 2008, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a criação do programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	54

Ord 02/06  
a. 31

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1030 / 2008 (VETO)  
Fls. nº 28

## RELATÓRIO DE VETO Nº DE

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei nº 1030/2008 que dispõe sobre a criação do Programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências.

**RELATOR:** Deputado Rogério Ulysses

### I - RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 012/2009-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **após veto total**, ao Projeto de Lei nº 1030/2008, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Cristiano Araujo, versa sobre a criação do Programa de incentivo a investimentos pelo Governo do Distrito Federal no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	55

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1030 / 2008

Fs. nº 29

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1030 / 2008

28

Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal, nos termos que especifica, e dá outras providências.

Para o autor, a aprovação do presente Projeto de Lei, ao estabelecer instrumentos que possibilitam o Poder Executivo criar incentivos fiscais e investimentos no Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação de base tecnológica nacional, sediados no Distrito Federal, promoverá o crescimento da contratação desses produtos e serviços, e também, a geração de novos postos de trabalho.

Sem Emendas, o Projeto foi analisado e aprovado por esta Câmara em primeiro e segundo turnos.

O Projeto de Lei 1030/2008 sofreu **veto total** do Governador do Distrito Federal.

Ao expor as razões do veto, o Governador do Distrito Federal destaca que o Projeto em pauta, a despeito dos louváveis propósitos do autor, não pode ser sancionado na medida em que padece de vícios de inconstitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do disposto no art. 71, § 1º, inciso IV da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São Essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do **veto total** oposto ao Projeto de Lei nº 1030, de 2008.

Sala das Sessões, em

2009.

  
Deputado Rogério Ulysses

Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	56

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se a Líder do Governo se lembra, mas havia acordo em relação ao projeto em questão, que trata de incentivo a *softwares* produzidos no Brasil, na área federal. O projeto, de minha autoria, teve o apoio de mais 16 Deputados, que assinaram a matéria juntamente comigo. O Presidente, inclusive, se recorda do acordo feito.

Peço o apoio dos pares para a derrubada do veto. Se for para manter o veto, solicito que a matéria seja retirada de pauta. Peço o apoio dos colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência vai retirar a matéria de pauta.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não retire a matéria de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência está acatando a solicitação do Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não, Sr. Presidente, o Deputado vai retirar a sua solicitação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou retirando minha solicitação. Nossa Líder vai liberar a bancada para fazer a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito bem.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto apresentado pelo Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	57

Cristiano Araújo é de muita importância para o desenvolvimento econômico sustentável, ciência, tecnologia, meio ambiente e turismo no Distrito Federal.

Aqui, quando foi analisado, o projeto foi apresentado com o apoio da maior parte dos Deputados. Na análise pelo Executivo ele foi considerado inconstitucional.

Eu gostaria que os Deputados prestassem atenção ao encaminhamento. Na qualidade de Líder, libero cada Deputado para votar a matéria conforme seu entendimento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, devido ao mérito absolutamente valoroso do projeto de autoria do Deputado Cristiano Araújo, a bancada do Partido dos Trabalhadores votará pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto oposto ao Projeto de Lei nº 1.030, de 2008.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	58



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 07,06/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 1030/08

Autor: Deputado(a): Guilherme Araújo

Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS – PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES – PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES – DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PSDB				X	
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO TADEU – PT		X			
	RAAD MASSOUH – DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÓNEY NEMER – PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE – DEM		X			
	<b>TOTAL</b>		19		05	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº \_\_\_\_\_ Fls. ° \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	19	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	59

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Deputados da base do Governo, à Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay, que encaminhou a votação pela bancada do PT, e ao Deputado Reguffe pela derrubada do veto.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a retirada do item nº 11 da pauta, um veto a projeto de minha autoria, sobre o qual eu gostaria de discutir, com um prazo maior, com os Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2008, de autoria do Deputado Chico Leite, que “acrescenta parágrafo único ao art. 23 da Lei nº 2.897, de 2001”.

Relator: Deputado Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	60

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1112/2008  
Fis. nº 19

**RELATÓRIO DE VETO N° DE**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei nº 1112/2008 que acrescenta parágrafo único ao Art. 23 da Lei nº 2897/2001.**

**RELATOR: Deputado Rogério Ulysses**

**I - RELATÓRIO**

Por intermédio da Mensagem nº 006/2009-GAG, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, **após veto total**, ao Projeto de Lei nº 1030/2008, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal. O

Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Chico Leite, versa sobre o acréscimo de **parágrafo único ao Art. 23 da Lei nº 2897/2001** que trata da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal.

Para o autor, a aprovação do presente Projeto de Lei objetiva adaptar a Lei que normatiza a Carreira de Defensor Público do Distrito Federal à Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 45 que trata da Reforma do Poder Judiciário.

De maneira específica, o texto estabelece a obrigatoriedade da escolha do Diretor-Geral do Centro de Assistência Jurídica – CEAJUR recair sobre um integrante da carreira, maior de trinta e cinco anos, a partir de uma lista tríplice indicada pela categoria. Esclarece ainda, que tal ação visa apenas assegurar na Lei o que já vem sendo cumprido pelo Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	61

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1112, de 2008  
Fls. nº 20

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1112 nº  
Fls. nº  
**SEM EFEITO**

Sem Emendas, o Projeto foi analisado e aprovado por esta Câmara em primeiro e segundo turnos.

O Projeto de Lei 1112/2008 sofreu **veto total** do Governador do Distrito Federal.

Ao expor as razões do veto, o Governador do Distrito Federal destaca que o Projeto em pauta, a despeito dos louváveis propósitos do autor, não pode ser sancionado, na medida em que padece de vícios de inconstitucionalidade formal, uma vez que a matéria nele versada insere-se dentre aquelas cuja iniciativa para deflagrar o respectivo projeto legislativo é de competência privativa do Chefe do Executivo local, nos termos do disposto no art. 71, § 1º, inciso II e no art. 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São Essas as informações que reputamos necessárias à apreciação do **veto total** oposto ao Projeto de Lei nº 1112, de 2008.

Sala das Sessões, em

2009.

  
Deputado Rogério Uysse

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	62

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me dirigir especialmente à bancada do Governo na questão do item nº 2, a derrubada ou manutenção do veto.

A matéria, sob o ponto de vista do mérito, é interessante, mas não tenho dúvida de que a competência é do Poder Executivo e deve vir para cá. Exemplo recente tivemos nesta Casa quando houve a votação aqui da gestão compartilhada e o Governador, na mensagem enviada, já previa que da lista tríplice não devia sair o escolhido do próprio Governador, devia sair de um processo de comunidade – e aqui se quer o envio de lista tríplice. Mas os defensores é que passam a escolher quem chefia a Defensoria Pública. Sobre essa matéria de ocupação de cargo em comissão, e esse é um cargo em comissão, existe, Deputado Benedito Domingos, uma farta jurisprudência no Supremo Tribunal Federal. Quando o cargo é em comissão, cabe à autoridade do Poder Executivo nomear. Então, por questões legais, eu recomendo à bancada do governo manter o veto do governador no item nº 2.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve uma negociação que apontava para a derrubada desse veto. O Executivo diz que há vício de iniciativa – é uma interferência na organização e no funcionamento da administração –, pois se trata de competência exclusiva do Governador. Isso não condiz nitidamente com a verdade. Nós não estamos falando de qualquer tipo de mudança na organização da Defensoria Pública. Nós estamos falando apenas que haverá uma lista tríplice e que ela será oferecida ao Governador para que ele possa escolher quem representará a Defensoria. Nós estamos sugerindo um procedimento que já existe no Ministério Público. Não é justo não haver uma consulta prévia, que, com certeza, não mudará os nomes que serão informados ou indicados ao Governador. Não estamos mexendo em nada na organização da Defensoria Pública, em nada, em nada! Estamos apenas estabelecendo um critério preliminar para que o governo possa escutar os defensores públicos. Todos nós entendemos a importância dos defensores públicos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	63

nesta cidade e neste país. Todos nós entendemos a importância da transparência e a importância de esses defensores públicos serem ouvidos! Nós temos um número pequeno de defensores. Portanto, seguramente, não interferirá, em nenhum momento, na organização da Defensoria Pública.

Então, Sr. Presidente, quando nós aqui nos colocamos contrários ao veto oposto ao projeto do Deputado Cristiano Araújo, assim procedemos por entendermos que esta Casa tem de valorizar as suas próprias iniciativas. Esse projeto foi devidamente acordado, discutido e aprovado, não há qualquer tipo de interferência sobre as iniciativas precípuas do Executivo. Havia um acordo de que o veto não seria mantido. Portanto, não entendo por que fazemos uma discussão, se ela não se mantém em plenário.

Sr. Presidente, apelo para o conjunto de Parlamentares no sentido de atendermos ao pleito dos defensores públicos para que eles possam apresentar uma preliminar ao Governador a fim de escolher o Diretor Geral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	64



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 02/06/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 112/08

Autor: Deputado(a): CHICO LEITE

Executivo

Relator: Deputado(a): ROGÉRIO ULYSSES

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM		X			
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES – PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB				X	
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB				X	
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO TADEU – PT		X			
	RAAD MASSOUH – DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÓNEY NEMER – PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM				X	
	TOTAL	11	05		08	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. \_\_\_\_\_ ASSP \_\_\_\_\_  
Nº \_\_\_\_\_  
Fls.º \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	11	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	05	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	65

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 11 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa que incluísse como itens extrapauta o PDL nº 142, de 2008, e o PDL nº 143, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na Ordem do Dia os Projetos de Decreto Legislativo nºs 142 e 143, de 2008, citados pelo Deputado Rôney Nemer. Vale lembrar a todos os Deputados que esses projetos já se encontram concluídos nas comissões.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou extremamente preocupada, porque, quando fazemos uma discussão acerca dos vetos e chegamos a um consenso, temos de ter esse consenso reproduzido em plenário. Se houve uma mudança de posição da Líder do Governo, e parece-me que houve, nós teríamos de pelo menos ter refeito a discussão para que o Governo colocasse a sua posição.

Eu me sinto completamente insegura acerca das negociações que acontecem sobre a pauta, pois – sem aviso, sem aviso – acordamos derrubar o veto, como fizemos no item que acabamos de apreciar, e, ao estabelecer a orientação, o Governo orienta no sentido da manutenção do veto. Eu não estou dizendo que o que é decidido não pode ser revisto, não sou desta opinião. Eu acho que as pessoas podem rever e repensar as suas posições, ter elementos diferentes. O que eu não concordo é que façamos uma discussão e que eu só saiba que a discussão não é para valer na hora da orientação.

O Governo deveria ter tirado da ordem esta apreciação, ter nos comunicado, no mínimo, que a posição tinha mudado, porque senão não há segurança para que se possa apreciar qualquer coisa nesta Casa. Não somos mais comunicados de que os acordos feitos não estão mais valendo.

É um desrespeito, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	66

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu entendo que na explicação que eu dei eu fiz todo o possível durante esse período para trabalhar e discutir com a Deputada Erika Kokay, e temos sido bem-sucedidas, mas, neste caso específico, eu fui lembrada e por isso vim ao microfone esclarecer. Não se trata de vontade própria. É que já há bastante jurisprudência a respeito de quando se trata de cargo em comissão. Cargo em comissão é de deliberação do Poder Executivo. É de Governador, é do Presidente da República e é de Prefeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº3:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.098, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Relator: Deputado Rogério Ulysses.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	67

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 1098/08

Fls. n.º 702 *llme*

#### RELATÓRIO Nº

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1098, de 2008, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para reforço de dotação orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

**Relator: Deputado RAAD MASSOUH**

O Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa, por meio da Mensagem nº 458, de 2008, que, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 74, da Lei Orgânica do Distrito Federal, opôs veto parcial do Projeto de Lei nº 1.098, de 2008, transformado na Lei nº 4.273, de 17 de dezembro de 2008.

O Projeto, de autoria do Poder Executivo, abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) para reforço de dotação orçamentárias consignadas no orçamento de 2008.

Examinada por esta Casa, o projeto foi aprovado com duas emendas de nºs 1 e 5/2008.

O veto governamental incidiu sobre a Emenda Supressiva nº 05/2008, que visa o cancelamento da supressão de recursos para unidade orçamentária 11.117 – Região Administrativa do Recanto das Emas, para financiar a construção de baias para ônibus, plantio de gramas, urbanização de praças, construção de calçadas, construção de praças, fechamento de quadra coberta e execução de obras de urbanização, na referida Região, ambos com valor unitário de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)”.  
Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que a emenda configura em cancelamento de dotação de Pessoal e Encargos Sociais, o que fere o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 150, § 5º, inciso II.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado ROGÉRIO ULYSSES  
Presidente

  
Deputado RAAD MASSOUH  
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	68

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação nominal.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Esclareço a tempo que foi oposto o veto aos Anexos III e V, que são oriundos da Emenda nº 5.

Portanto, consulto os Deputados se não há nenhum óbice para se apreciar o veto aos dois anexos. (Pausa.)

Sendo assim, votaremos em conjunto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apesar de ser uma apreciação de um veto parcial a um projeto de lei de 2008, ele serviu de reforço para a dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento deste ano. Derrubar o veto significa uma não possibilidade de se executar uma política pública para a qual aqueles recursos estavam realmente destinados.

Eu faço a sugestão, se assim for de interesse desta Casa e, evidentemente, dos colegas, porque aqui não se impõe, de retirarmos esse item da pauta e tornarmos a revê-lo, já que nesta semana vão estar aqui também para discutir a LDO o Secretário de Planejamento e o Secretário de Fazenda. Talvez o mais adequado fosse tirar o projeto de pauta do que fazermos uma derrubada do veto sem sabermos a razão maior.

Na verdade, nós tínhamos deliberado de manter o veto do Sr. Governador. Portanto, eu consulto os colegas se mantemos essa posição. (Pausa.)

Sendo assim, eu encaminho pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	69

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu proponho refazermos a discussão dos vetos, pois eu acredito que o que se acorda, se acorda. Se vai se rever, se ...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas esse item não está acordado, Deputada?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, parece-me que não foi conversado com o autor. Então...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas o autor nem na Casa está, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O projeto é do Deputado Rôney Nemer e foi apresentado pelo Deputado Roberto Lucena.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Certo. Mas o Deputado Rôney Nemer concordou com a manutenção. Não foi isso?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Concordou com a manutenção, Deputado Rôney? (Pausa.)

Sr. Presidente, eu sugeriria...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato a solicitação de V.Exa e da Deputada Eurides Brito para retirar de pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, V.Exa. não deixou eu concluir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Mas V.Exa. falou isso. Para poder discutir.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, sugiro que se retirem da apreciação, na sessão de hoje, o item nº 3 e também os itens nºs 7 e 9, e que possamos passá-los por outra discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Apreciação, em bloco, dos seguintes PDLs:

Item nº 31:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor João Raimundo de Oliveira”.

Item nº 32:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor JB Carvalho”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	70

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao doutor Valdir de Aquino Ximenes”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Paulo Sergio Casteliano Silvo”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Olmer Guerreiro Garcia”.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Solicito ao Deputado Milton Barbosa que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao doutor Valdir de Aquino Ximenes”.

Sr. Presidente, em homenagem à dinâmica e celeridade de V.Exa., o meu voto é pela aprovação do projeto no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	71

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor JB Carvalho” e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao doutor Valdir de Aquino Ximenes”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não há nenhum óbice regimental ou constitucional. Assim, somos pela admissibilidade dos 2 projetos de decreto legislativo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os pareceres permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os pareceres estão aprovados com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Em discussão, em bloco, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 199, de 2008; 315, de 2009; 142, de 2008; 143, de 2008 e 94, de 2007, em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contrariamente ao projeto por coerência, por ser contra essa concessão de títulos de cidadão honorário por esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	72

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2008, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor JB Carvalho”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao doutor Valdir de Aquino Ximenes”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2007, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor João Raimundo de Oliveira”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Olmer Guerreiro Garcia”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Paulo Sergio Casteliano Silvo”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensadas as votações.

Os projetos vão à promulgação.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas reforço o convite à Presidência e a todos os Deputados, externado pela Federação das Indústrias de Brasília, para o encontro de amanhã, às 10h30min, na sede da FIBRA, sobre a agenda legislativa.

Indago a V.Exa. se o Deputado Cristiano Araújo, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já fez o pedido para colocar em deliberação a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	73

questão da quantidade de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, até porque existe prazo regimental, e seria importante que o Colégio de Líderes ou o próprio Plenário, uma vez que a maioria dos Líderes encontra-se aqui, apreciasse o encaminhamento da quantidade de emendas que cada Parlamentar poderá apresentar à LDO. A proposta do Deputado Cristiano Araújo é que sejam 3 emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, enquanto eu estive no exercício da Presidência, não foi apresentado pelo Deputado Cristiano Araújo questão de ordem nem sugestão do número de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Eu fiz a questão a pedido do Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar a presença do nosso Presidente e da nossa Líder para relembrar um assunto sempre recorrente. São as emendas que o Governo nos deu de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Quero saber se o assunto está valendo ou não está valendo. Está valendo para quem apresentou projeto ou para quem não apresentou? Eu não tenho notícia de quem conseguiu liberar as emendas esse ano. Inclusive disseram que isso era à parte.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Milton Barbosa que eu me sinto corresponsável com relação a isso. Eu estava como Líder de Governo naquela oportunidade e, de certa forma, não só testemunhei como avalizei aquele encaminhamento. Quero dizer que, em minha opinião, tem de estar valendo. O Governo tem de cumprir.

Quero pedir mais uma vez ao Deputado Milton Barbosa que me passe a cópia dos pedidos feitos para pessoalmente intervir em favor de S.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não é uma questão de opinião. Por enquanto, pelo que eu saiba, o Governo não fez cumprir aquilo a que se comprometeu com os Parlamentares. Eu quero saber quais são os Parlamentares que têm R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) de suas emendas já executados. Portanto, não é uma questão de opinião nossa. O Governo tem de cumprir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	74

Eu gostaria que esta Casa, inclusive o Presidente e a Líder de Governo, pudesse solicitar ao Governo qual o prazo e o cronograma de cumprimento. Se não me engano, já é o sétimo ano em que houve o compromisso de respeitar a vontade dos Parlamentares — que, em verdade, é a vontade do povo — por meio do cumprimento das emendas orçamentárias. Senão, de ano em ano, faremos acordo quando interessa ao Governo e, de ano em ano, recorrentemente, o Governo desconhecerá que fez qualquer tipo de acordo com esta Casa sobre o cumprimento das emendas.

Portanto, Sr. Presidente, o Orçamento, a meu ver, não deveria nem ser autorizativo, talvez não na sua globalidade, mas, pelo menos, uma parcela dele deveria ser impositiva para que tivéssemos uma noção exata do que será implementado.

Portanto, solicito à Líder do Governo e ao Presidente desta Casa que possamos ter uma resposta do Governo sobre como, não “se”, o Governo cumprirá o que falou. Senão, tendo a crer que uma psicopatologia chamada mitomania — compulsão para a mentira, o mito — é mais comum do que se pensa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho impressão de que esta questão de emenda só será resolvida no dia em que, no Congresso Nacional, se determinar que o Orçamento é impositivo e não propositivo. Enquanto ele não for impositivo, não teremos como resolver aqui. Como a Deputada Erika Kokay estará no Congresso Nacional na próxima legislatura — tenho certeza disso —, um dos primeiros atos de S.Exa. será transformar o Orçamento em Orçamento impositivo. Aliás, o ex-Senador Antônio Carlos Magalhães teve no Senado uma proposta igual a esta, e lamentavelmente foi derrotada.

O Orçamento deveria ser impositivo porque hoje ele é uma mera figura decorativa, lamentavelmente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, uma coisa é o caráter autorizativo do Orçamento; outra coisa é a palavra do Governo dada a um conjunto de Parlamentares – que me confirmem o Deputado Milton Barbosa e o próprio Presidente da Casa, à época, Líder do Governo, que disse que testemunhou e avalizou esse tipo de compromisso do Governo –, quanto a respeitar as emendas parlamentares. Portanto, eu não estou falando aqui em “impositivo”, porque acho que parte dele deveria ser impositivo mesmo. Mas essa é outra discussão. Eu estou dizendo que o Governo deu a palavra, fez um compromisso de acatar parcela, parte das emendas parlamentares. Fez um compromisso acerca disso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	75

e, para mim, quando se faz um compromisso e um acordo, não se pode descumprir. Pode-se até rediscutir, mas não descumprir literalmente. E o que está acontecendo hoje é o descumprimento, até o momento, da palavra do Governo.

Sr. Presidente, um ente público ou uma pessoa que represente o Poder Público não pode ter a veracidade de sua palavra sob suspeição porque senão nós perdemos a interlocução. Amanhã, se o Governo disser isso de novo, nós teremos todos os elementos para não acreditar. Concordo que há que se colocar o Orçamento impositivo, mas a discussão não é essa. A discussão aqui é sobre a palavra do Governo. A palavra, se ela se concretizará em atos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que a Deputada Erika Kokay está absolutamente correta em relação às considerações dela. Eu tenho sempre defendido a questão da execução das emendas parlamentares. Hoje, inclusive, nós sabemos que muitos pedidos, especialmente de ações ou eventos, acabam sendo sepultados na Procuradoria do Distrito Federal.

Chamei hoje, aqui, o Procurador Geral, junto com o Consultor Geral – esteve aqui nos visitando –, e fizemos um apelo para que o Governo edite um decreto em que, quanto ao referente às emendas parlamentares, uma vez que já tenha sido aprovado pela Casa, as próprias unidades gestoras tenham autonomia para fazer esses eventos, dispensando, naturalmente, a necessidade de ir para a Procuradoria. Esse já é um passo em defesa do cumprimento das emendas dos Deputados.

Deputado Rogério Ulysses, é importante que também comuniquem à Mesa as emendas que não estão sendo atendidas. Emendas de Parlamentares, que sejam de interesse público, cujo valor – se for valor de obra – seja compatível com a obra... Porque também não é possível exigir do Governo que construa uma escola com cinquenta, cem mil reais. Às vezes, o Deputado, para marcar posição, coloca um valor simbólico para executar aquela obra ou aquele serviço. Então, se o valor da obra ou do serviço for compatível com a emenda, e se ela for de interesse público, o Deputado deve denunciar à Mesa Diretora o não cumprimento, por parte do Governo, das emendas do Deputado. E eu serei o primeiro a levar essa questão ao Governador, a debater sobre esse assunto e a estar ao lado dos Deputados em uma defesa intransigente e incondicional em relação a isso.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro parabenizar o Sr. Presidente pela postura porque a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	76

emenda é uma das poucas ferramentas que temos para atender os pleitos que chegam aos nossos gabinetes.

Solicito a apreciação do Requerimento nº 1.606, de 2009, de minha autoria e de vários Parlamentares, que requer realização de audiência pública na sede social do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, no dia 06 de junho de 2009, às 10h30min, para debater o projeto de urbanização e regularização daquele condomínio. Inclusive, eu queria, logo depois de aprovado, convidar todos os Parlamentares para essa audiência que terá um número muito grande de pessoas. É um pleito daquele condomínio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo o referido requerimento na Ordem do Dia. Passaremos à votação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vejo uma oportunidade para fazermos essa discussão aqui, agora, porque a data da proposta, salvo melhor juízo, se dará em um sábado. Eu queria que o Plenário pudesse formalizar essa questão, pois nós ainda não a formalizamos porque ainda estamos discutindo a questão da realização de ações da Câmara Legislativa no dia de sábado. Então, quero dizer que esta Presidência é totalmente favorável, defende esta questão das atividades aos sábados. Nós já estamos fazendo alguns remanejamentos para que não haja custo adicional de pessoal, especialmente quanto ao Cerimonial. Então, é importante lembrar que, se o Plenário referendar o projeto do Deputado, estará referendado às ações parlamentares no dia de sábado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou voltar novamente a um problema das emendas. Vou bater nisso sempre porque o que estamos vendo hoje? Você faz as emendas para as cidades e o Administrador, que não é indicado por você, não tem interesse algum em executar qualquer emenda. O Deputado Bispo Renato, por exemplo, não tem esse problema. Em Ceilândia, o Administrador executa todas as emendas dele. As minhas ele não executa. Mas ele vai ter de executar. Acima dele, não está quem o indicou, não. Se é quem eu imagino, está o Governador e está o povo. Ele vai realizar, sim. Não adianta fazer emenda. Então, eu estou batendo nisso e vou bater de novo, porque não há sentido em se fazer emenda aqui para os Administradores ou os Secretários não realizarem. Porque eu vou correr atrás, sim. O mesmo voto que tem o cidadão, aqui, para votar os projetos do Governo, eu tenho também. Agora, eu acho que não é ético fazer projeto de quadra de esporte. Quem tem de fazer é o Governo, não é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	77

Parlamentar. Na medida em que se faz, recorre-se a uma empresa e estaria ai embutido um favor. Eu não quero fazer isso. É preferível que o Governo faça. E há muitas pessoas que acham que eu não devo falar isso, porque, de repente, pode-se precisar da NOVACAP, da Administração, para fazer um projeto, e haver resistência porque alguém falou. Pois eu não tenho, não. Na defesa do mandato, eu só não enfrento o povo, que é o dono do mandato, mas o resto eu enfrento.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido, pois há outros requerimentos na pauta. Dessa forma, solicito que também sejam apreciados, em bloco, os outros requerimentos que constam da pauta. Seriam os itens nºs 34, 35, 36, 37 e 38.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 34:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.538, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “requer a realização de audiência pública para debater o projeto de urbanização de Vicente Pires”.

Item nº 35:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.548, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “requer a realização de audiência pública para assinatura do Projeto de Lei que regulamenta a Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008”.

Item nº 36:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.586, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a realização de audiência pública com objetivo de discutir o direito dos trabalhadores terceirizados, que prestam serviços nos hospitais e unidades do sistema prisional do Distrito Federal, ao pagamento de remuneração”.

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.587, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “requer a transformação da sessão ordinária do próximo dia 17 de junho em Comissão Geral, com objetivo de discutir a necessidade de fortalecer o Hospital Universitário de Brasília-HUB”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	78

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.589, de 2009, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “requer a realização de audiência pública no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 19/06/2009, às 9 horas, para analisar a Lei nº 4.317, de 09 de abril de 2009, que institui a Política Distrital para a integração da pessoa com deficiência, consolida normas de proteção e dá outras providências”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 356, de 2009, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “parabeniza os Ministros do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal”.

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 357, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza pelos relevantes serviços prestados ao trabalhador brasileiro e de forma substancial ao trabalhador brasileiro”.

Item nº 41:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 358, de 2009, de autoria dos Deputados Cristiano Araújo, Milton Barbosa, Raimundo Ribeiro e outros, que “hipoteca votos de solidariedade ao povo piauiense nesse momento de extremas dificuldades pelo qual atravessa, quando boa parte de suas terras é assolada pelas intensas chuvas que caem sobre o Estado”.

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 362, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “parabeniza o presidente da Unitrailer, senhor Luiz Ribeiro, pelos serviços prestados à comunidade”.

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 363, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “parabeniza os pioneiros de Brasília, relacionados abaixo, chamados de 1ª geração, que foram os fundadores da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro - ARUC, pelos relevantes serviços sociais, esportivos e culturais prestados à sociedade brasileira, ao longo destes quarenta e nove anos de existência da instituição”.

Item nº 44:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 364, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “parabeniza o sargento Valmir Ramos, Policial Militar e o soldado Jurandir de Jesus Almeida, Policial Militar, pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	79

Item nº 45:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 365, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza a academia Arnis Kali da Região Administrativa de Brasília, na pessoa do professor de artes marciais Herbert Villafria Inocalla, por seu trabalho destinado a formação e educação de jovens e adultos brasilienses”.

Item nº 46:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 366, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Santa Maria a pessoa que menciona”.

Antes, esta Presidência gostaria de destacar o item nº 37, porque a transformação da sessão ordinária em comissão geral, no dia 17, fica impossibilitada, uma vez que já temos uma comissão aprovada para o dia 18; assim, a semana ficaria prejudicada. Portanto, solicito a retirada do item nº 37.

Passamos à discussão, em bloco, dos Requerimentos referentes aos itens nºs 34, 35, 36 e 38.

Esta Presidência solicita ao Deputado Rogério Ulysses para que apreciássemos o Requerimento nº 1.606 amanhã, quarta-feira, porque quero submeter à Mesa Diretora a aprovação dos nossos trabalhos aos sábados; portanto, desde já, fica como primeiro item da Ordem do Dia de amanhã.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sobre o item nº 37, já havia um acordo para votação, foi devidamente discutido e, neste momento, foi retirado de pauta. Eu gostaria de insistir que ele fosse mantido na pauta. Se há um problema, que possamos, então, imediatamente, ver outra data, que não seja uma comissão geral, se assim for, para que aprovemos a discussão do HUB.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay, ele fica na pauta e, tão logo V.Exa. tenha uma data...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, eu não concordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Então, poderemos aprovar, se o Plenário concordar, sem a data, porque no dia 18 teremos uma comissão geral, e não é possível fazer 2 dias de comissão geral numa mesma semana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	80

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, essa comissão geral que foi aprovada para o dia 18 entrou na pauta *a posteriori*, se não me engano, a esta que já estava na Ordem do Dia.

Era uma audiência pública, não é isso? (Pausa)

Qual é o tema da comissão geral do dia 18? (Pausa)

Enfim, não importa. O que importa é que eu gostaria de aprová-la, como audiência pública, com a data a ser definida posteriormente, se o Plenário autorizar, de acordo com a agenda do cerimonial.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Então, verificaremos uma data com o cerimonial, não é isso?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Aprovamos a comissão geral ou a transformação numa audiência pública?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente, eu gostaria... Se a Assessoria pudesse definir um dia em agosto...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Para agosto?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Isso. Numa quinta-feira de agosto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Podemos fazer na primeira quinta-feira de agosto, Deputada?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não sei, eu teria que ver a data...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Ou na segunda quinta-feira?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Na segunda quinta-feira de agosto, eu gostaria apenas de saber qual é o dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Dia 13 de agosto, é uma bela data.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É uma bela data. Treze é um belo número.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concordo com V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O País cresceu imensamente com o número 13 na Presidência.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – É porque o meu gabinete é o de nº 13.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Com certeza. E V.Exa. sabe, como eu, o que representa o Presidente Lula na história deste País. Nunca antes, na história deste país, o povo foi tão respeitado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02   06   2009	15h25min	48ª Sessão Ordinária	81

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apenas retifico a data...  
(pausa)

Deputada, tenho a informação de que há uma homenagem, dia 13, às 15h, ao Dia do Cantador, de autoria de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, dia 20 de agosto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta data também já está solicitada pelo Deputado Paulo Tadeu. Dia 27, então, Deputada?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Dia 27 de agosto está bom, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Então, fica retificado.

O requerimento de autoria de V.Exa. será apreciado em bloco. Faço apenas a retificação da data, alterando-a do dia 17 de junho para o dia 27 de agosto. Está de acordo, Deputada Erika Kokay?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – De acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciação, em bloco, dos requerimentos e das moções referentes aos itens nºs 34 a 46.

Em discussão os requerimentos e as moções, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 13 Deputados.

Não havendo mais o que deliberar, declaro encerrada a presente sessão.

Tenham todos uma boa-noite.

(Levanta-se a sessão às 18h26min.)